

COMUNIDADE SOL NASCENTE:

Proposta de habitação social
em área de encosta



COMUNIDADE SOL NASCENTE:

Proposta de habitação social
em área de encosta



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Arquitetura e Urbanismo
Trabalho de Conclusão de Curso
Acadêmico: Vinícius Schneider Scofano
Orientadora: Marina Toneli Siqueira
2016



06	APRESENTAÇÃO DO TEMA
09	1. ANÁLISE DA PROBLEMÁTICA
10	1.1. Por que tratar do problema da habitação?
12	1.2. O direito à habitação e à cidade
15	1.3. Segregação urbana e informalidade no Brasil
17	1.4. As raízes históricas da segregação urbana
18	1.5. A problemática de Florianópolis e o seu processo de ocupação
23	2. O CASO DA COMUNIDADE SOL NASCENTE
24	2.1. Localização da comunidade e o seu entorno
25	2.2. Primeiras impressões
29	2.3. Evolução da ocupação e da malha viária
35	2.4. Topografia e problemática ambiental
38	2.5. A relação da comunidade com o seu espaço
40	2.6. Infraestrutura Local
44	2.7. Análise populacional
47	3. ANÁLISE URBANÍSTICA
48	3.1. Mapa de Usos e de Usos Institucionais
53	3.2. Mapa de gabaritos
56	3.3. Centralidades existentes
57	3.4. Mapa de cheios e vazios
60	3.5. Mapa do sistema viário
62	3.6. Mapa do transporte
64	3.7. Plano Diretor atual e ZEIS da área
69	4. DIRETRIZES PROJETUAIS
73	5. A PROPOSTA
74	5.1. Evolução do Projeto
84	5.2. Implantação
86	5.3. Seções viárias
88	5.4. Localização das tipologias e usos
94	5.5. Cortes
100	5.6. Esquema de cortes dos níveis da planta baixa
102	5.7. Planta baixa pavimentos tipos
106	5.8. Plantas baixas tipologias
118	6. BIBLIOGRAFIA

APRESENTAÇÃO DO TEMA

Neste trabalho de conclusão de curso propõe-se um projeto de Habitação de Interesse Social na comunidade Sol Nascente, localizada na cidade de Florianópolis. O objetivo é estudar e entender o que levou à formação de favelas e ocupações informais na cidade e no país, para então poder elaborar uma proposta de intervenção que atenda às necessidades dos habitantes no sentido de dar qualidade e dignidade ao habitar.

Entende-se aqui que o tema habitação relaciona-se diretamente com o espaço urbano e sua configuração. Uma cidade mais justa permite igual acesso ao lazer e aos serviços básicos a todos os seus habitantes, e ao integrar as moradias a espaços públicos de qualidade com acesso à infraestrutura e a estes serviços, estamos promovendo qualidade de vida, vitalidade urbana e a redução da desigualdade socioespacial.

Portanto, associar o direito à cidade (tema que será aprofundado neste trabalho) ao direito à moradia permite aos habitantes serem antes de tudo cidadãos com dignidade, participantes no processo de construir nossas cidades e que tenham próximos as suas casas educação, saúde, lazer, serviços, comércios, infraestrutura adequada e ofertas de emprego.

Neste sentido, foi essencial para o processo de planejamento e gestão urbanos a criação do Estatuto da Cidade em 2001, que fortaleceu os instrumentos que possibilitam o desenvolvimento de cidades com mais igualdade e justiça social. A delimitação das Zonas Especiais de Interesse Social permite que em determinadas áreas da cidade vigorem legislações específicas para seu crescimento e construção de habitações sociais, o que também garante à população de baixa renda maior qualidade do espaço e estabilidade na posse da terra.

Com isso, este trabalho visa inicialmente fazer uma leitura da situação urbana da área em que se encontra a comunidade, entendendo sua história e a relação que seus moradores têm com o espaço no qual eles moram. Assim, com a elaboração de mapas

de estudo que nos auxiliem a compreender melhor a dinâmica do dia-a-dia comunitário (feitos através de imagens de satélite, visitas ao local e entrevistas com os moradores), nos informando como seu espaço é formado, é possível elaborar uma proposta que responda à realidade cotidiana da comunidade.

Este projeto se torna, portanto, um desafio, ao tentar intervir em uma área caracterizada pelo estigma ideológico da indiferença do Estado e do capital imobiliário em investir, e da própria mudança no pensamento da baixa qualidade arquitetônica dos projetos de habitação social e de sua localização (que normalmente acontecem nas periferias das cidades). Finalmente, é uma atividade inspiradora poder propor soluções de melhorias sociais às nossas cidades desenvolvendo uma arquitetura de qualidade.



▲
Localização geográfica do bairro Saco Grande. Fotomontagem do autor com base no mapa do Google Earth.



1. ANÁLISE DA PROBLEMÁTICA

1.1. POR QUE TRATAR DO PROBLEMA DA HABITAÇÃO?

O padrão urbanístico observado em nossas cidades e periferias, em que o abandono das áreas mais pobres pelo Estado obriga a população a construir informalmente suas casas, resulta em ocupações em áreas ambientalmente frágeis, normalmente distantes das áreas centrais e que não dispõem de infraestruturas de transporte, saúde, educação e lazer, entre outros problemas. Com isso, o planejamento urbano deve ter como prioridade a construção de cidades mais justas, com acesso igualitário aos recursos e à qualidade de vida.

A forma de desenvolvimento das cidades brasileiras, determinado em grande parte pelo mercado imobiliário, leva a um modelo com problemas que não se restringem às áreas informais, manifestando-se também nos bairros mais ricos. Mesmo com todos os investimentos e serviços, o que se nota são bairros isolados entre si, que fogem da dinâmica social de dependência e coexistência entre as várias partes da cidade, além do baixo estímulo aos pequenos comércios e à vivacidade dos espaços públicos. Os condomínios privados negam seu entorno com muros e cercas que impedem uma malha urbana fluida, reduzindo as possibilidades de espaços públicos de lazer de qualidade, substituídos por espaços oferecidos no interior dos condomínios.



Imagem 3: Ocupação informal em área de risco, em Florianópolis-SC. Fonte: Acervo pessoal (2011).

“Qualquer análise superficial das cidades brasileiras revela uma relação direta entre moradia pobre e degradação ambiental. Isto não quer dizer que a produção imobiliária privada ou que o Estado através da produção do ambiente construído, não causem danos ao meio ambiente. São abundantes os exemplos de aterramento de mangues em todo litoral do país para a construção de condomínios de lazer. (...) O que interessa chamar atenção aqui é que grande parte das áreas urbanas de proteção ambiental estão ameaçadas pela ocupação com uso habitacional pobre, por absoluta falta de alternativas. As consequências de tal processo atinge toda a cidade, mas especialmente as camadas populares.” (MARICATO, 2003, p.160)

Os bairros populares acabam por reproduzir esse mesmo modelo. Assim construímos cidades segmentadas e segregadas, insustentáveis em suas configurações, sem os aspectos necessários à qualidade da vida urbana: diversidade de usos, riquezas tipológicas, comércios, praças e equipamentos públicos, prioridade aos pedestres e ciclistas, transporte público eficiente e de qualidade. Enquanto as ocupações informais tomam as periferias e novos bairros e condomínios surgem em áreas acessíveis, os centros urbanos, bem servidos de infraestrutura, ficam esvaziados, com prédios e terrenos subutilizados à espera de valorização pelo mercado imobiliário.

Esse modelo, conseqüente da transformação da terra em mercadoria e que dificulta o acesso à propriedade, torna-se particularmente preocupante e evidente quando se observa que no Brasil existem hoje cerca de 6 milhões de domicílios residenciais vagos, um número próximo do déficit habitacional do país, que, segundo a Fundação João Pinheiro (FJP), gira em torno de 5,8 milhões de moradias. Esses números alarmantes revelam o aprofundamento da crise desse modelo de desenvolvimento, que se relaciona em parte ao acelerado processo de urbanização que o país sofreu no século passado, com taxas de urbanização que passaram de 30% para 80% de 1940 para cá, (ONU-Habitat, 2012), com 50% da população urbana habitando cidades com mais de 350 mil habitantes.

Os investimentos do Estado nas cidades, que deveriam ser direcionados a todos igualmente, acontecem em função dos interesses das classes dominantes. Como afirma João Sette Whitaker (2012), as políticas públicas de moradia não foram feitas para os pobres, atendendo de uma maneira muito mais significativa as classes média e baixa média. Estes, sem ofertas de moradia pelo mercado, acabaram recebendo os

financiamentos públicos destinados à moradia social. Deste modo, mesmo no decorrer do século XX, quando houve uma política habitacional um pouco mais efetiva, a população que realmente necessitava nunca foi atendida, a da faixa com renda de até 03 salários mínimos. Por isso hoje, esta faixa concentra o equivalente a 90% do déficit habitacional brasileiro.

Com esta descrição tão dramática do cenário urbano brasileiro, podemos compreender que o problema habitacional, segundo o autor, “é resultado da dinâmica histórica e social, coletiva, que envolve grande número de agentes, e tem provavelmente como um de seus pontos cruciais a questão da terra”. (WHITAKER, 2012, p. 27). Fica claro que o resultado, a exclusão social em forma de segregação espacial, atua como um mecanismo de dominação, em benefício de alguns, impedindo ou dificultando o acesso dos segregados a algum serviço, direito ou vantagem, seja público, seja privado.

1.2. O DIREITO À HABITAÇÃO E À CIDADE

A importância da localização da habitação relaciona-se com uma transformação na dinâmica urbana no Brasil desde o desenvolvimento da industrialização, em que atividades antes desenvolvidas em casas foram transferidas para os espaços públicos. Neste processo, “a casa tende cada vez mais e para crescentes parcelas da população, a se reduzir a local de repouso. É o local onde praticamente só se passam as noites. (...) Todo o restante da vida transcorre fora da casa. Onde? Nas cidades.” (VILLAÇA, 1986, p.38). Assim, as questões do transporte e do tempo gasto com os deslocamentos passam a ser sinônimo de qualidade de vida.

“Partimos de um pressuposto já consagrado de que é fundamental a manutenção de uso diversificado, e portanto uso residencial nas áreas urbanas centrais. Assumimos outro pressuposto que é o de não expulsão da população originalmente aí moradora, por razões que são éticas e sociais. Condenar a população de baixa renda a viver exclusivamente o exílio da periferia urbana, onde são menores as oportunidades de trabalho, de educação, de saúde, e dificuldade de mobilização de um modo geral, é penalizá-la duplamente. Defende-se aqui, para todos, o DIREITO À CIDADE, à festa que ela representa, com todos os seus estímulos e oportunidades.”
(MARICATO, 1994, p. 128)

A localização e acessibilidade da habitação, atividades e serviços estão diretamente vinculados ao valor da terra, que, por meio das pressões do mercado influencia na distribuição espacial das classes sociais na cidade. Assim se pode compreender o processo de segregação do espaço urbano, que expulsa os mais pobres das áreas mais valorizadas. Nesse processo, muito embora os centros urbanos sejam campos de lutas populares pela da moradia em áreas centrais, é necessário reconhecer a consolidação das áreas informais nas periferias e transformar esses assentamentos desprovidos muitas vezes de infraestrutura básica, para que os moradores desses locais possam dispor de um ambiente urbano de qualidade.

Os espaços públicos, além de locais de lazer e descanso, se tornam um instrumento igualmente necessário para a urbanidade da cidade, pois “a vida urbana pressupõe encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimento recíprocos (inclusive no confronto ideológico e político) dos modos de viver, dos “padrões” que coexistem na Cidade” (LEFEBVRE, 1968, p.20). Assim, através de praças, parque e locais de lazer permite-se uma integração e uma troca democrática entre as diferentes classes sociais, inserindo a população segregada no contexto urbano.



Imagem 4: Área central de Florianópolis-SC. Fonte: Acervo pessoal (2011).

As habitações, neste aspecto, têm um papel fundamental como ferramenta de inclusão social. Elas permitem a requalificação do espaço em que estão inseridas através das diretrizes de seu projeto, que vão desde o uso misto das edificações à utilização de fontes de energia sustentáveis e com menos impactos ambientais, trazendo diversos benefícios à vida comunitária.

As políticas habitacionais devem acompanhar essa lógica, possibilitando que os novos projetos de habitações sociais sejam feitos em áreas centrais e/ou providas da infraestrutura e espaços de lazer adequados. Com isso as nossas cidades caminhariam em direção a uma sociedade mais justa, sustentável e igualitária.

“O direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada.”
(LEFEBVRE, 2001, p. 15)



Imagem 5: Las Ramblas, em Barcelona, Espanha. Exemplo de espaço público. Fonte: Acervo pessoal (2015).

1.3. SEGREGAÇÃO URBANA E INFORMALIDADE NO BRASIL

Para estabelecer um entendimento mais completo acerca do tema deste trabalho, é necessário compreender como a sociedade se apropria e se desenvolve dentro do espaço urbano e as diferenças que essa organização social produz. Nossas cidades são estruturadas por meio do modo como a sociedade distribui o que mesmo produz, ou seja, da maneira como os bens produzidos e a renda acumulada são distribuídos para cada parcela da população, deste modo influenciando o papel e a condição de cada cidadão no espaço urbano.

“É impossível esperar que uma sociedade como a nossa, radicalmente desigual e autoritária, baseada em relações de privilégio e arbitrariedade, possa produzir cidades que não tenham essas características.” (MARICATO, 2001, p. 51)

Os diferentes tipos de relações sociais estabelecem condições particulares de acesso às melhores parcelas de terras urbanas. Aqueles de maior renda conseguem comprar e habitar em locais mais próximos aos serviços básicos, com melhor infraestrutura urbana e um acesso mais fácil ao trabalho e ao lazer, o que influencia diretamente no bem-estar e na qualidade de vida de qualquer pessoa.

“Toda exclusão social (inclusive as não formais ou não oficiais) só é possível a partir de uma dominação e esta é uma dominação política, ideológica e, principalmente econômica. O chamado mercado é o principal instrumento de dominação e exclusão econômica e quase sempre apresenta uma manifestação espacial. (...) A segregação é, portanto, aquela forma de exclusão social que apresenta uma dimensão espacial.”
(VILLAÇA, 2003, p.01)



Imagem 6: Ao fundo, ocupação informal no Maciço do Morro da Cruz, em Florianópolis-SC. Fonte: Acervo pessoal (2011).

Desse modo, fica evidente como as leis do mercado, com a terra sendo mercadoria, determina quem pode habitar quais áreas da cidade, estruturando seu espaço de acordo com a localização das classes mais altas, que buscam áreas próximas ao centro e/ou com fácil acesso, trazendo consigo investimentos públicos, principalmente no sistema viário. As populações de baixa renda, que não podem habitar essas áreas, ficam privadas de infraestrutura e serviços públicos, sofrendo com problemas de saúde, acesso à educação e lazer, longos deslocamentos até as áreas centrais, entre outros.

Com isso, a segregação enfraquece inclusive as relações sociais dentro da cidade, fazendo com que não haja uma convivência entre as diferentes classes sociais, o que torna mais evidente o problema da violência urbana. Esta falta de conhecimento da realidade das cidades e da sociedade brasileira torna as próprias diferenças mais profundas, dificultando uma mudança deste quadro social.

“Combinando investimento público com ação reguladora, o Estado garante a estruturação de um mercado imobiliário capitalista para uma parcela restrita da população, enquanto que para a maioria resta as opções das favelas, dos cortiços, ou do loteamento ilegal, na periferia sem urbanização, de todas as metrópoles.” (MARICATO, 2010, p.23)

1.4. ANÁLISE HISTÓRICA DA SEGREGAÇÃO URBANA

A história da segregação social no Brasil nos remete aos tempos da própria formação da colônia. Como argumenta Maricato (1995), a sociedade brasileira, em seu processo de formação capitalista, se consolidou em relações estabelecidas através de trocas de favores, privilégio e arbitrariedade, relações estas que são a essência da confusão entre a coisa pública e os negócios privados, a negação dos direitos universais do homem.

Em uma análise histórica do processo de industrialização do nosso país, a autora sugere que a exploração do meio ambiente e exportação de seus produtos com mão-de-obra escrava e trabalho essencialmente manual levou, desde os primeiros séculos da economia do Brasil, à concentração de poder nas mãos de poucos senhores. A abolição da escravatura e a chegada de imigrantes europeus alteraram algumas relações econômicas e de propriedade, excluindo da economia formal e dos meios sociais os escravos libertos. Com a regulamentação do acesso à terra e à estrutura fundiária no séc. XIX, que trouxe maior precisão e divisão do que era público e privado, a lógica da propriedade foi alterada, restringindo-a à produção de mercadorias, de modo que os trabalhadores agora livres continuaram dependentes dos proprietários de terras. Trata-se da base do mercado imobiliário e da exclusão territorial, fundados sobre relações capitalistas.

Com o início da industrialização e as legislações trabalhistas estabelecidas pelo Estado interventor e protecionista, as cidades passaram a ter papel de protagonismo na produção industrial e no acesso à infraestrutura. Desse modo, com a profunda concentração fundiária nas mãos de poucos e com o aumento da mecanização rural, houve grandes fluxos migratórios do campo para a cidade. As grandes reformas urbanas do séc. XIX estabeleceram a segregação urbana e a visão da cidade como mercadoria, com os terrenos das áreas centrais sendo destinados àquelas populações com maior renda e os pobres que então habitavam essas áreas sendo expulsos para as periferias.

A produção habitacional tem, portanto, grande relação com o desenvolvimento industrial na medida em que os trabalhadores devem se estabelecer próximos ao local de trabalho, ou seja, nas fábricas (que muitas vezes já estão afastadas das áreas centrais), e suas condições de salário não permitem a compra de terrenos valorizados e centrais. Não somente o trabalhador industrial se vê forçado a habitar em favelas e assentamentos informais, mas também o trabalhador terciário, resultado do abusivo sistema capitalista de economia, é levado a ocupar essas áreas, fazendo parte do “inchaço” urbano das grandes cidades.

O avanço das relações imobiliárias formais torna evidente então o processo de exclusão que transforma a sociedade. A terra urbana, bem cada vez mais escasso nas grandes metrópoles, tem uma relação direta com a explosão do crescimento das favelas. O loteamento informal, junto com a autoconstrução civil foi e ainda é a principal alternativa para a população de baixa renda se instalar nas cidades na tentativa de uma melhora nas suas condições de vida.

Esta “cidade ilegal” é muitas vezes inexistente para o planejamento urbano oficial, acentuando o descaso nos investimentos em infraestrutura e moradias destas áreas. Tornam-se territórios sem lei, sem segurança ambiental, sem habitações de qualidade. O desinteresse por estas áreas, propagado ideologicamente, se torna ainda mais evidente pelas barreiras existentes em relação às áreas formais, tanto sociais quanto espaciais.

1.5. A PROBLEMÁTICA DE FLORIANÓPOLIS E O SEU PROCESSO DE OCUPAÇÃO

Ao pensarmos em como aconteceu a ocupação da cidade de Florianópolis para chegar à configuração atual, é imprescindível uma breve análise histórica de quando ainda no século XVII, a cidade estava na condição de uma vila, chamada então de Vila Nossa Senhora do Desterro.

Nenhum momento foi tão marcante para o crescimento demográfico de Desterro como a imigração açoriana no século XVIII, cujo legado faz parte hoje do patrimônio cultural da cidade (CECCA, 1996). O crescimento do mercado interno da colônia e da atividade portuária trouxeram famílias de imigrantes de outras regiões do Brasil e do mundo, principalmente para trabalhar no comércio, concentrado na baía sul do centro de Desterro. Desde essa época já se observavam as periferias formadas pelas classes mais baixas, notadamente no entorno do Rio da Bulha, os “bairros tenebrosos do Desterro”, ocupados por cortiços e habitações precárias da população composta por soldados, lavadeiras, negros libertos, marinheiros e trabalhadores (VEIGA, 1993).

Nas décadas de 1910 e 20 grandes investimentos foram feitos na infraestrutura da cidade, incluindo a canalização do Rio da Bulha e construção, em seu entorno, da Avenida Hercílio Luz, causando o deslocamento forçado daquela população para a base do maciço central do Morro da Cruz e para as poucas encostas ao seu redor. Já a

construção da ponte Hercílio Luz em 1926, somada ao crescimento populacional, levou as elites locais a expandir-se em direção às terras da porção continental da cidade. Esse deslocamento foi essencial para a anexação do território continental, então pertencente a São José, à cidade Florianópolis, bem como para a valorização fundiária nas áreas norte e nordeste em relação ao centro da ilha (SUGAI, 1995). Esses grandes terrenos no norte da ilha foram adquiridos pelas oligarquias locais na década de 1950 e utilizados para investimentos imobiliários. Dessa forma,

“O 1º Plano Diretor da cidade, aprovado em 1955, coadunou-se com as intervenções que vinham sendo efetivadas. Das proposições do Plano Diretor, foram implementadas, em especial, aquelas de caráter rodoviário, que garantiram acessibilidade às áreas ao norte da península. A implantação da Avenida Beira-Mar Norte, na década de 60, ao longo da orla da baía norte e, também, a abertura de vias de conexão entre a orla norte e a área urbana central, garantiram a acessibilidade e a consequente valorização da área norte da península”. (SUGAI, 1994, p. 588)



Imagem 7: Terminal Urbano Cidade de Florianópolis, nas proximidades do antigo Rio da Bulha. Fonte: Acervo pessoal (2011).

Florianópolis esteve inserida no processo de urbanização que afetou as grandes cidades brasileiras a partir dos anos 1950, acompanhado do êxodo rural, com seu centro urbano contornando o Morro da Cruz em direção aos bairros da Agrônômica e Trindade, e posteriormente em direção a Santa Mônica e Córrego Grande, região então predominantemente agrícola (CECCA, 1996). Nessa época houve também a discussão sobre a implantação do campus da Universidade Federal de Santa Catarina, inserida na Trindade, orientada de modo a definir nessa área grande valorização imobiliária em função dos investimentos federais, seguida pela implantação de outras grandes estatais e o estabelecimento de novos bairros e loteamentos residenciais para a classe média.

Nesse mesmo processo, os processos migratórios do campo, aliados às novas possibilidades de emprego que se abriam na cidade, impulsionaram a vinda de uma população migrante pobre, que se estabeleceu em áreas próximas a seus empregos e equipamentos urbanos e que não foi acompanhada da infraestrutura básica. De acordo com CECCA (1996), essas novas populações ocuparam preferencialmente três áreas distintas da cidade: as encostas dos morros que circundam o centro da ilha, as antigas áreas rurais periféricas ao Centro, geralmente planas, e as marginais das vias de acesso à cidade, na área continental do município.

Esta configuração gera grandes conflitos nos processos de uso e ocupação do solo, não somente no perímetro urbano, que neste ponto já havia sido ampliado de maneira considerável, mas em toda a Ilha. Passa a ocorrer na cidade uma valorização imobiliária crescente aliada à explosão do turismo, que tem a natureza como seu principal objeto

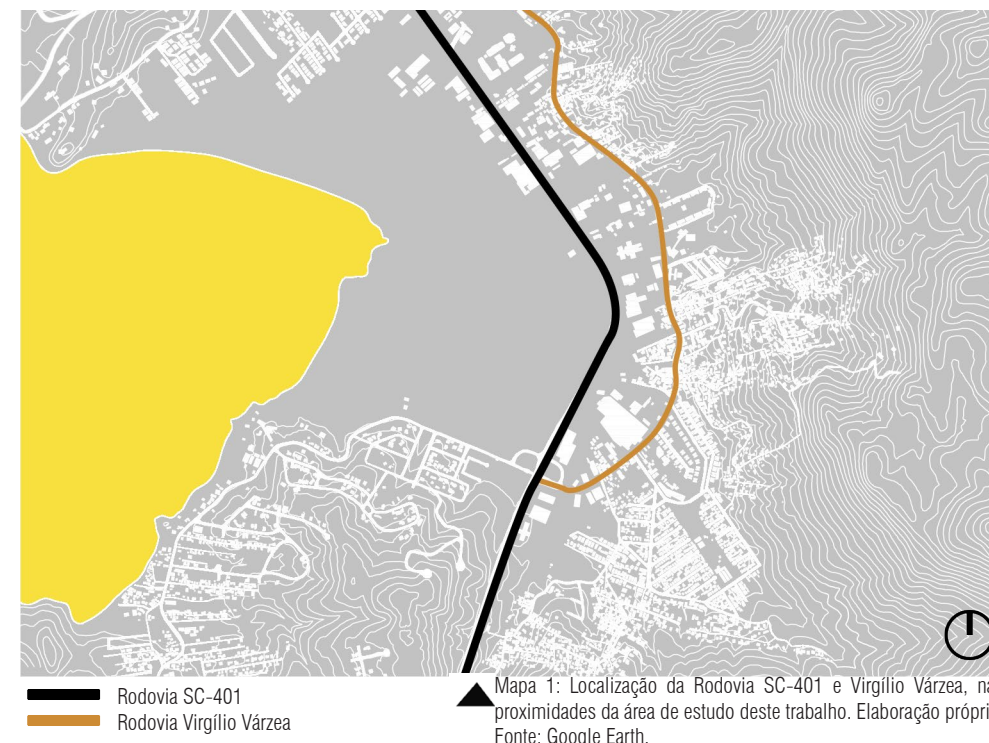


Imagem 8: Rodovia SC-401. Fonte: Acervo pessoal (2015).

de consumo. Assim, o aumento do turismo local fez a capital atender a esta nova demanda através principalmente de grandes obras rodoviárias (aliadas aos interesses das elites da cidade), onde executou o aterro de seis quilômetros quadrados sobre a Baía Sul; construiu a SC-401 em direção às praias do norte; a SC-404 que leva à Lagoa da Conceição e desta, a SC-406 que segue ao Rio Tavares; e, finalmente, a SC-405 que passa pelo Campeche, seguindo em direção à Armação e ao Pântano do Sul.

As consequências foram imediatas e impactantes ao patrimônio natural e cultural, na medida em que os recantos mais ermos da Ilha começaram a ser cortados por estradas e loteamentos, e as tradicionais comunidades agrícola-pesqueiras transformaram-se em balneários de veraneio. A verticalidade das novas edificações substituíram a maior parte das construções seculares de estilos e épocas diversas, e as encostas e periferias urbanas foram sendo intensamente ocupadas por populações mais pobres.

Deste modo, Florianópolis, já totalmente improdutivo em suas tradicionais atividades econômicas de décadas passadas, começou a modificar sua fisionomia, se tornando uma cidade com comércios e serviços ajustados em grande parte aos interesses das elites locais, perdendo em praticamente meio século muitas das suas características originais. Sem um planejamento urbano de todo o seu aglomerado, sua ocupação desequilibrada empurra para as periferias e áreas de risco a sua pobreza, e com a alta especulação imobiliária de suas terras, vem tentando se firmar basicamente na atividade turística.





2. O CASO DA COMUNIDADE SOL NASCENTE

2.1. LOCALIZAÇÃO DA COMUNIDADE E O SEU ENTORNO

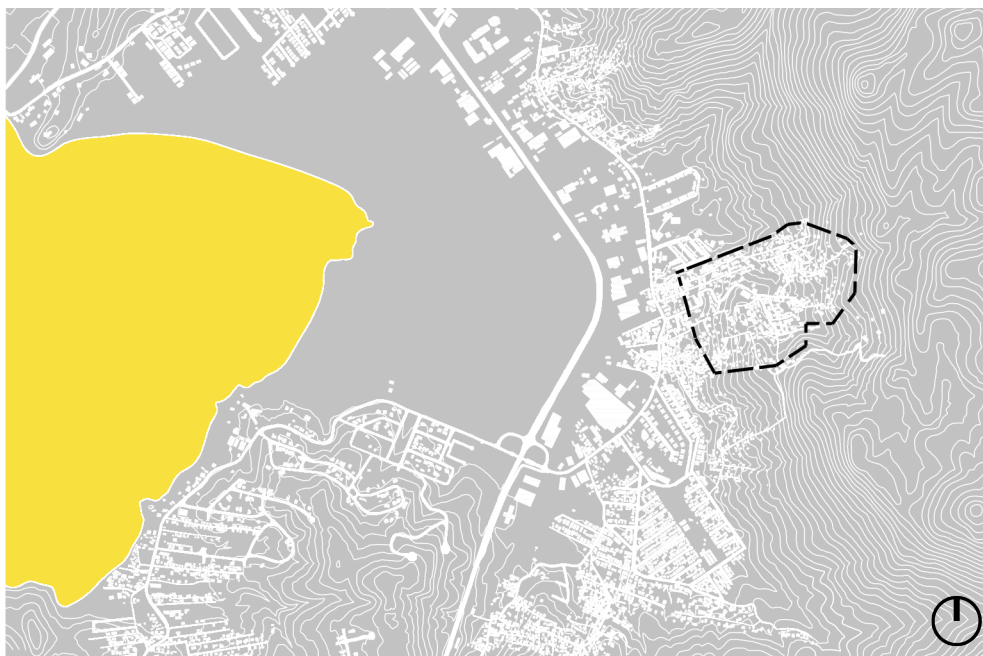
A comunidade Sol Nascente está localizada na porção centro-norte da cidade de Florianópolis, no bairro Saco Grande, há aproximadamente 10km do Centro. Por isso, a sua localização é privilegiada, pois fica relativamente próxima ao centro e às praias do Norte da Ilha. Antigamente o bairro Saco Grande compreendia uma área muito maior do que hoje. Hoje em dia essa área está dividida em três partes: bairro João Paulo¹, bairro Monte Verde e bairro Saco Grande.

1. "No bairro João Paulo (anteriormente denominado Saco Grande I), prevalecem casas e condomínios de classe média e alta. O bairro Monte Verde abriga conjuntos habitacionais construídos pela COHAB nos anos 1980." (ANTUNES, 2007)

Na sua parte mais baixa, a oeste, tem como limite a Rodovia Virgílio Várzea, e na parte mais alta, a leste, delimita-se por vegetação em regeneração de Área de Preservação Permanente, segundo o atual Plano Diretor da cidade, aprovado em 2014. Encontra-se entre dois conjuntos habitacionais da prefeitura, ao norte o Vila Cachoeira (2000) e ao sul o Parque da Figueira (1986).

O acesso ao local é feito principalmente pela Rodovia Virgílio Várzea, da onde saem transversalmente as vias que sobem o morro em direção à comunidade. São essas vias: Servidão Belo Horizonte, Servidão Laura Lima, Servidão Manoel Amaro Laureano, Rua Pedra de Listras, Servidão Manoel Barcelos e Servidão José Cândido Amorim.

Mapa 2: Localização da Comunidade Sol Nascente. Elaboração própria. Fonte: Google Earth.



Comunidade Sol Nascente

2.2. PRIMEIRAS IMPRESSÕES



Imagem 10: Viela da Comunidade Sol Nascente. Fonte: Acervo pessoal (2016).

Nas primeiras visitas foi possível perceber, pela forma de ocupação urbana e pela relação dos locais com os elementos de fora, as relações de segregação e de territorialidade que se estabelecem pela informalidade. As dificuldades impostas pelo relevo acidentado e pela ocupação desordenada também chamaram a atenção durante as subidas. Foi possível entender também como se dá a relação dos moradores com seu espaço e como ele é construído ao longo dos anos. Ficou clara uma área de centralidade onde se encontram os pequenos comércios, a quadra de futebol, o ponto de ônibus e a sede da AMSOL², tratando-se do ponto de encontro e de fluxos de quem entra e sai da comunidade.

No entanto, o que mais me chamou a atenção foi a existência de casas em locais muito íngremes, difíceis de serem construídos e em área de risco de desabamento, impressão confirmada posteriormente em mapas. Ainda assim, as moradias, de modo geral, se apresentam visivelmente em condição superior à de muitos assentamentos informais da cidade, por serem de alvenaria, algumas já ampliadas e bem acabadas, apesar de alguns problemas de manutenção. Por fim, pude chegar próximo à caixa d'água que abastece a comunidade, e ver a maneira como o rio se integra e a relação que as casas têm com ele – muitas vezes invadindo seu leito ou dando as costas.

2. Associação de Moradores do Sol Nascente, fundada no ano de 1991.



Rod Jose Carlos Daux (Sc-401)

Rod Virgilio Varzea

Ser Jose Candido Amorim

Ser Manoel Barcelos

Rua Joao Arlindo Goulart

Ser Manoel Amaro Laureano

Ser Manoel Amaro

Ser Beltonor Leite

Ser Domingos Dias

Rod Virgilio Varzea

Rua ...

Imagem aérea da comunidade. Fonte: Google Earth.



Imagem 11: Rua da comunidade. Fonte: Acervo pessoal (2016).



Imagem 12: Rua Pedra de Listras, principal rua de acesso à comunidade. Fonte: Acervo pessoal (2016).

2.3. EVOLUÇÃO DA OCUPAÇÃO E DA MALHA VIÁRIA

A história do início da ocupação da comunidade é imprecisa, e não existem documentos formais que nos contem como ela surgiu. No entanto, a partir da análise de imagens aéreas disponíveis na biblioteca do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF), de relatos de entrevistas concedidas à arquiteta Cecília Lenzi em seu Trabalho de Conclusão de Curso no Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFSC, orientado pela prof^a Maria Inês Sugai no ano de 2011, e entrevistas originais e recentes realizadas pelo autor deste trabalho com outros moradores, pôde-se obter um entendimento maior acerca da formação da comunidade.

É importante entender o crescimento dos bairros do entorno para nos aprofundarmos no surgimento da Sol Nascente. Historicamente, a região que ia do trevo do Itacorubi até a entrada do Cacupé era conhecida apenas como Saco Grande e era habitada principalmente por açorianos que exerciam atividades ligadas à terra, portanto uma área basicamente rural e com baixa densidade de ocupação.

O único caminho existente que fazia a ligação do Centro às terras do norte da Ilha, até o início da década de 1970, era a Rodovia Virgílio Várzea, um percurso sinuoso que seguia próximo ao mar passando por freguesias como Cacupé e Santo Antônio. Hoje,



Imagem 13: Rodovia Virgílio Várzea. Fonte: Acervo pessoal (2016).

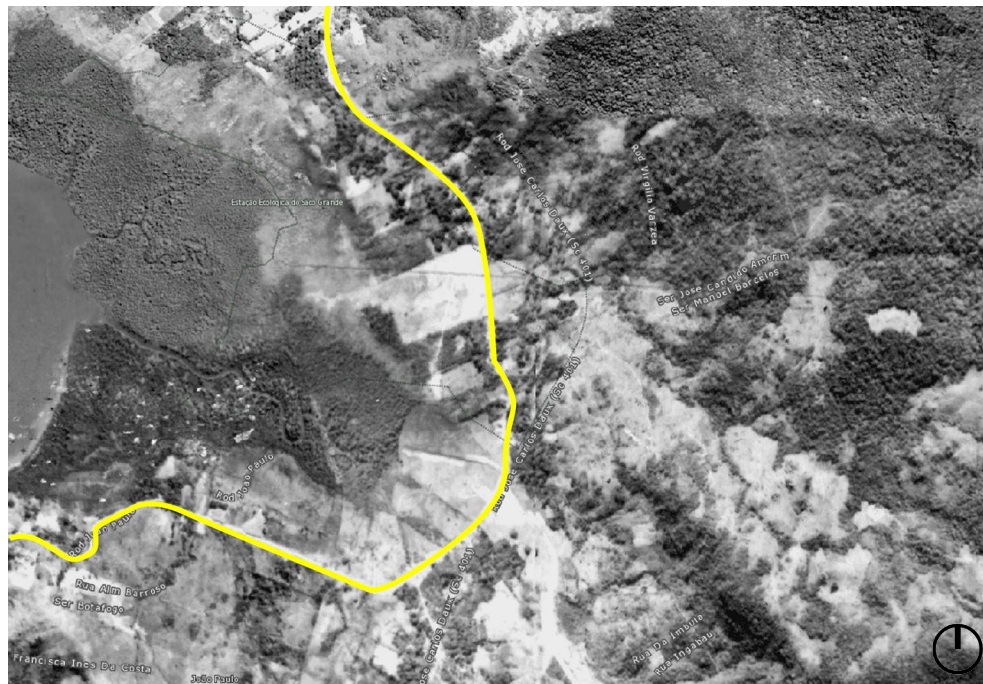


Imagem 14: Fotomontagem de imagem de satélite de 1957, elaboração própria. Fonte: Geoprocessamento Prefeitura de Florianópolis.

— Rodovia Virgílio Várzea

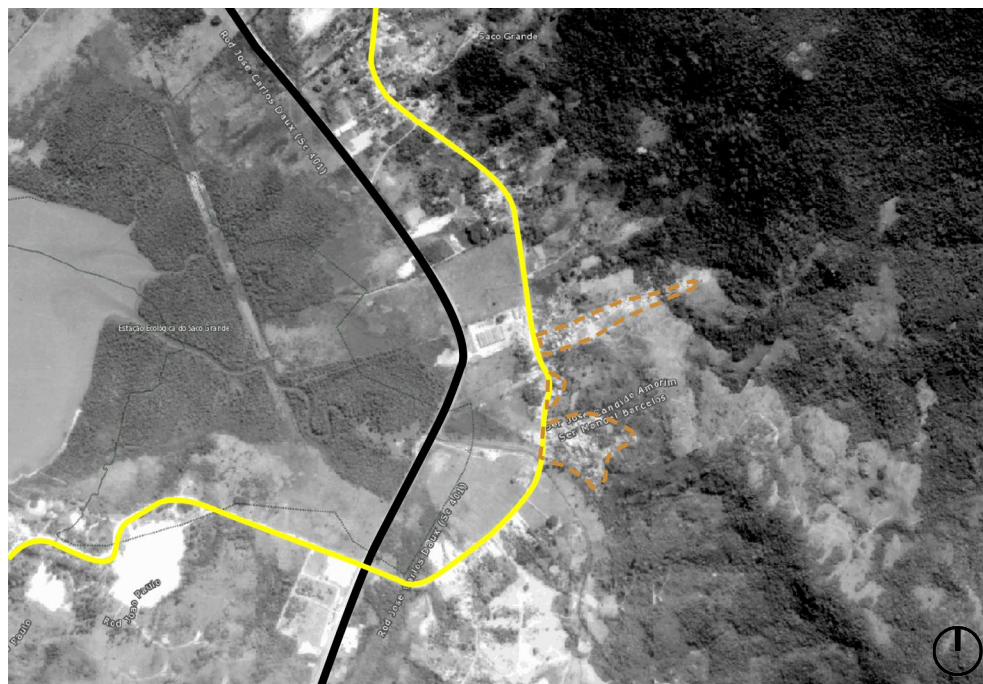


Imagem 15: Fotomontagem de imagem de satélite de 1977, elaboração própria. Fonte: Geoprocessamento Prefeitura de Florianópolis.

— Rodovia SC-401 — Delimitação da ocupação
 — Rodovia Virgílio Várzea

com a construção da rodovia SC-401, esta conexão se tornou um caminho secundário e perdeu muito de suas características originais.

Esta nova rodovia, por ser fundamentalmente uma obra de trânsito rápido e ligada aos interesses das elites econômicas da cidade, valorizou diversos trechos fundiários de sua extensão, tornando-se alvo de grandes investimentos comerciais e empreendimentos imobiliários, transformando os bairros que ali preexistiam. Ao analisarmos a fotografia aérea do ano de 1957, percebemos este caráter praticamente rural que esta parte da cidade tinha, com delimitações dos terrenos de chácaras das famílias que ali viviam, e, 20 anos depois, no ano de 1977, quando a rodovia SC-401 havia recém sido feita, já se observam as mudanças na configuração e surgimento de algumas concentrações de moradias, bem como da Comunidade Sol Nascente.

Neste início da ocupação, podemos interpretar que a comunidade evoluiu a partir de duas glebas, pertencentes a duas pessoas diferentes, Vino e José Cândido Amorim (LENZI, 2011). A gleba ao sul, como se pode ver na fotografia de 1977, era mais extensa e pertencia a Vino, do qual muita gente comprou seus terrenos. A princípio as casas aqui foram construídas mais às margens da Rodovia Virgílio Várzea. Na gleba ao norte, da posse de José Cândido Amorim, notamos que as moradias já eram construídas nas cotas mais altas do morro, também chamado de Morro do Cajú, em uma faixa mais estreita de terra.

Assim, a ocupação nos terrenos foi acontecendo de maneira dispersa e não organizada. Como se nota na fotografia de 1994, a partir de algumas servidões iniciais surgiram diversos caminhos para acessar as casas. Alguns destes caminhos foram sumindo, mas a malha viária evoluiu com base nesta matriz inicial dispersa, que demonstram o próprio caráter de espontaneidade da construção da comunidade.

A configuração de seu entorno, segundo Antunes (2007), se desenvolveu de maneira complexa e diversificada socialmente, no que se refere ao nível social e econômico dos moradores, origens e condições de moradia. No bairro existem conjuntos habitacionais construídos ainda na década de 80 e 90. Um deles é o Conjunto Habitacional Monte Verde, construído em 1980 e destinado a famílias de 3 a 5 salários mínimos. O complexo contava com 400 casas, escola, centro comunitário, supermercado e um prédio comercial.

Seis anos mais tarde, em 1986, um segundo conjunto habitacional foi inaugurado na região: o Parque da Figueira, construído pela COHAB-SC. Com o aumento do número de moradores do bairro, caracterizados por diferentes rendas, para que ocorresse a

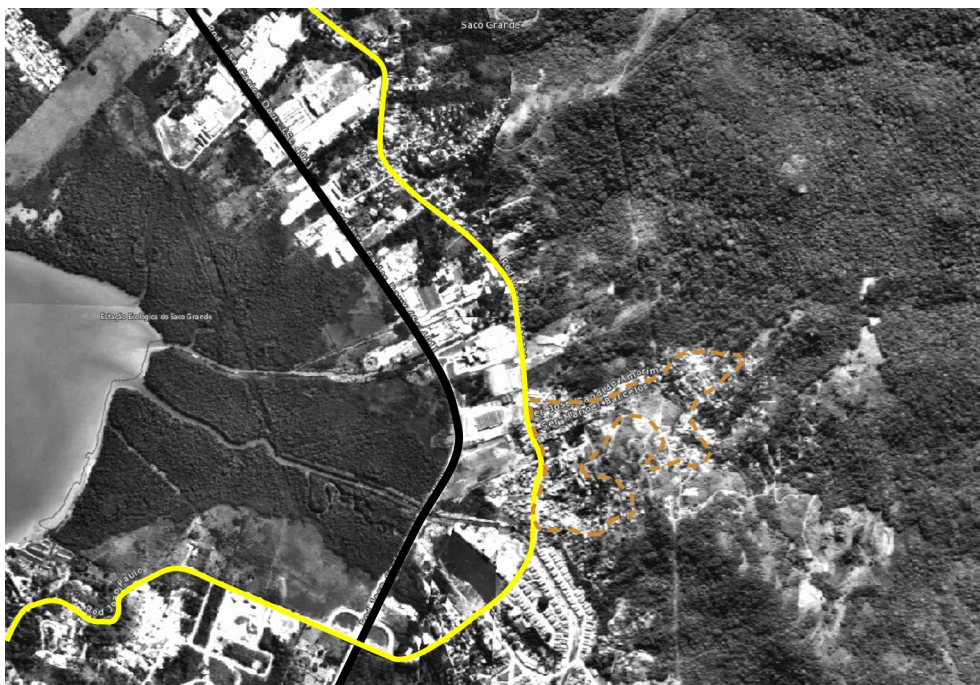


Imagem 16: Fotomontagem de imagem de satélite de 1994, elaboração própria. Fonte: Geoprocessamento Prefeitura de Florianópolis.

Rodovia SC-401
 Rodovia Virgílio Várzea
 Delimitação da ocupação



Imagem 17: Fotomontagem de imagem de satélite de 2012, elaboração própria. Fonte: Geoprocessamento Prefeitura de Florianópolis.

Rodovia SC-401
 Rodovia Virgílio Várzea
 Delimitação da ocupação

valorização dos terrenos de onde hoje se encontra o bairro João Paulo - onde já existia essa tendência - o bairro Saco Grande foi dividido em três bairros menores. O menor deles, hoje chamado de Monte Verde, acabou levando o nome do primeiro conjunto habitacional instalado ali.

Vale ressaltar que, “embora inicialmente estes antigos conjuntos habitacionais, que ficam hoje no bairro Monte Verde, fossem voltados para populações de baixa renda (3 a 5 salários mínimos), com o tempo aconteceu uma mudança no perfil dos moradores desses conjuntos. O processo já conhecido da venda dos imóveis adquiridos pela política habitacional, e a conseqüente elevação do nível sócio-econômico da população residente nesses conjuntos habitacionais, é uma realidade na região.” (ANTUNES, 2007, p. 15)

No final da década de 90, através do Programa Bom Abrigo¹ do governo municipal, houve construções pontuais de conjunto habitacionais na cidade, entre eles o Vila Cachoeira. Este, o mais recente nas proximidades da nossa área de trabalho, foi construído nos anos 2000, e possui infraestrutura básica de equipamentos e serviços urbanos como: creche, sede para associação comunitária, centro de formação e treinamento, quadra de esporte, pavimentação, iluminação e saneamento.

O conjunto foi projetado para abrigar cerca de 200 famílias, sendo que a maior parte foi morar no local de forma compulsória, oriundas de remoção de favelas. Segundo Antunes (2007), além deste impacto de ir morar em um local totalmente distante da realidade conhecida pelos novos moradores - removidos de áreas de favela da Via Expressa (BR 282) - no imaginário dos moradores locais a inserção de um conjunto habitacional para pessoas de baixa renda advindas destas áreas, poderia representar um retrocesso social para o bairro. Por isso, a implantação deste acabou criando novos conflitos sociais, com o aumento dos casos de violência.

Com a expansão da cidade e a vinda de novos moradores, e pela valorização imobiliária das áreas do entorno, principalmente dos lotes às margens da rodovia SC-401, diversos empreendimentos foram surgindo nas proximidades da Comunidade Sol Nascente.

3. Programa desenvolvido com recursos do Programa Habitar Brasil do Governo Federal, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do município. Foi voltado principalmente para a remoção de famílias das margens da Via Expressa (BR 282) (ANTUNES, 2007).



Imagem 18: Conjunto Habitacional Parque da Figueira, nas proximidades da Comunidade. Fonte: Acervo pessoal (2016).

A construção de alguns, como o Floripa Shopping, a Tok Stok, a Cassol e diversos condomínios residenciais, torna a área bem equipada de serviços e infraestrutura urbana, que, no entanto, são em sua maioria destinados à população de alta renda.

A própria transferência, simbólica, do Centro Administrativo do Governo do Estado para a rodovia indica a tendência das alianças do governo coincidirem com os interesses das elites da cidade, numa proximidade estratégica.

Com esse entorno urbano tão diversificado espacial e socialmente, podemos compreender o porquê de no contexto da cidade a Sol Nascente enfrentar uma realidade de segregação socioespacial. A ocupação que foi crescendo e abrigando novos moradores de outras partes do estado e do país, hoje, segundo a AMSOL, abriga cerca de 900 famílias.

2.4. TOPOGRAFIA E PROBLEMÁTICA AMBIENTAL

A área de estudo deste trabalho, localizada no bairro Saco Grande, encontra-se em uma área predominantemente de encosta, na Bacia do Manguezal do Saco Grande, que engloba as bacias hidrográficas dos rios Vadik, Pau do Barco, Jacatirão e do Mel. Assim como ocorreu em outras localidades de Florianópolis e do Brasil, essa encosta vem sendo ocupada nas últimas décadas, sujeitando sua população a riscos em função das chuvas que são frequentes nessa região e podem levar a deslizamentos nos morros.

No caso particular do Sol Nascente, a ocupação acompanha as linhas da topografia, diminuindo o risco, mas se notam em muitos lotes a existência de cortes e modificações nos terrenos, tornando-os mais suscetíveis a desastres. Essa situação é ainda mais grave uma vez que os cortes demandam remoção da cobertura vegetal, que expõe mais o solo e o desestabiliza.

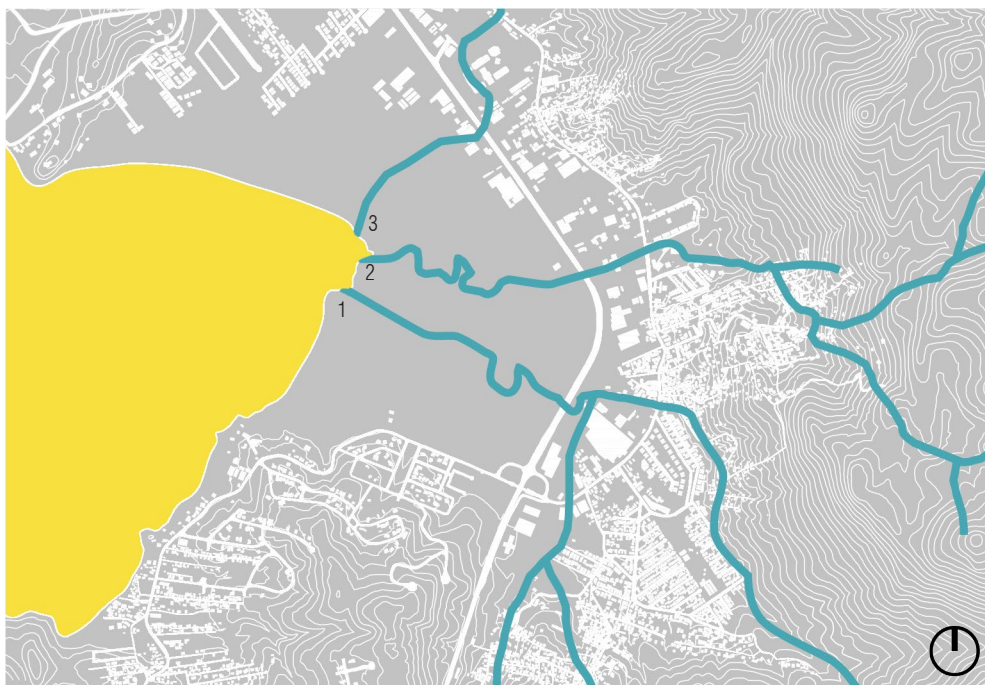
Mapa 3: Localização da Bacia do Manguezal do Saco Grande. Elaboração própria. Fonte: Google Earth.



O Plano Municipal de Redução de Riscos (PMRR), realizado pela UFSC em 2006/2007 e a dissertação de Mestrado de Fernando Peres Dias, orientado pela prof^a Maria Lúcia Hermann no ano de 2000



— Bacia do Manguezal do Saco Grande



Rios que desaguam próximos à área, na Bacia do Saco Grande. 1. Rio Vadik; 2. Rio Pau de Barco; 3. Rio do Mel

na PPGG – Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFSC, forneceram diferentes bases para o estudo de interpretação das áreas onde existem riscos ambientais na ocupação. Entre os dois estudos notou-se que critérios semelhantes de análise do solo resultaram em dois mapas com informações conflitantes. Optou-se neste trabalho por adotar as informações presentes no trabalho de Dias, uma vez que este foi realizado in loco e em constante contato com a comunidade, considerando aspectos sociais ausentes no PMRR, mais genérico.

Um dos critérios utilizados pelo geógrafo para fazer este mapeamento tem origem antrópica. Assim, com a variação do grau de ocupação ou desmatamento da área as manchas delimitadas por este estudo podem variar ao longo dos anos, dependendo de como ocorre a relação que a população estabelecer com o local.

Portanto, este estudo determina que 36 famílias estão em área de risco e necessitam ser realocadas, dado utilizado como base para este trabalho, mas que devido ao crescimento da população local necessitaria de uma nova análise das condições geológicas-geotécnicas do solo para estabelecer um resultado mais preciso.

Mapa 4: Rios que desaguam na Bacia do Saco Grande. Elaboração própria, com base no mapa de Fernando Peres Dias (2000).

Declividade (%)	Declividade (graus)	Recomendações de uso
8 a 15,99	4°35' a 9°05'	Locais que apresentam certas restrições, geralmente as construções necessitam de cortes e aterros
16 a 29,99	9°06' a 16,41°	Locais que devem ser evitados, pois são necessárias obras especiais para sua utilização
30 a 100	16°42' a 45°	Terrenos inadequados para construções. De acordo com o Plano Diretor, neste intervalo estão incluídas as Áreas de Preservação com Uso Limitado - APL (declividade entre 30 e 46,6%) e as Áreas de Preservação Permanente - APP (declividade acima de 46,6%)

Tabela 1: Classes de declividade e respectivas recomendações de uso. Fonte: Dissertação de Mestrado de Fernando Peres Dias

Mapa 5: Mapa de declividade da área. Elaboração própria, com base no mapa de Fernando Peres Dias (2000).



Área com declividade de 8 a 15,99%
 Área com declividade de 16 a 29,99%
 Área com declividade de 30 a 100%

2.5. A RELAÇÃO DA COMUNIDADE COM O SEU ESPAÇO

A Sol Nascente estabeleceu, ao longo de sua história, uma forte ligação com a construção do seu espaço. Para fortalecer as reivindicações por melhorias na infraestrutura básica, os moradores criaram a Associação de Moradores do Sol Nascente (AMSOL), em 1991. Quando a associação se formou, como relata João, ex-presidente da AMSOL, houve a discussão de qual seria o nome dado à comunidade, que na época era parte chamada de Morro do Cajú e parte Pedra de Listras (hoje nome da principal rua local). O nome Sol Nascente foi sugerido e então eleito pelos moradores – que àquela altura não eram mais que 500 pessoas.

Através desta organização comunitária, foi realizado inicialmente todo o sistema de rede de abastecimento de água, que antes era feito com cada família colocando uma mangueira na parte alta da cachoeira. Com a instalação de uma caixa d'água pela prefeitura, os moradores puderam executar a rede que serviria à comunidade, com o auxílio técnico e máquinas emprestadas da CASAN, baseando-se no abastecimento da cidade “formal”. Percebemos desta forma que, um direito que deveria ser básico, foi adquirido através do dinheiro e da mão-de-obra dos próprios moradores, em horários que deveriam ser de descanso e lazer.



Imagem 19: Sede da AMSOL, em atual reforma. Fonte: Acervo pessoal (2016).

Além do fornecimento da água, foi com o trabalho dos moradores que a comunidade adquiriu outros serviços urbanos: as vias foram pavimentadas e as estruturas de escoamento das águas pluviais e do esgoto sanitário foram construídas. Este último, que é feito por fossa, sumidouro ou ligações clandestinas na rede pluvial, tornou o rio um local impróprio para banho e uso, o que criou uma situação controversa, pois, o mesmo rio que em sua nascente fornece água para a comunidade, nas partes mais baixas é poluído por ela. No entanto, isso apenas reflete que não há uma educação de fato efetiva nesse processo, e que a informalidade, pela falta de recursos, acaba fazendo os próprios moradores desvalorizarem seu espaço. Este fato, entretanto, não é exclusividade dos assentamentos informais, haja vista os problemas de saneamento em Florianópolis e os casos de doenças relacionadas à poluição das praias no norte da Ilha.

A rede de energia elétrica, que foi instalada pela CELESC, também foi feita com recursos dos próprios moradores. Assim podemos concluir que a construção do próprio espaço foi significativa para a sensação de pertencimento que a população criou com o local, em um processo que fortaleceu e valorizou a vida comunitária.



Imagem 20: Vista da comunidade para a Bacia do Saco Grande. Fonte: Acervo pessoal (2016).

2.6. INFRAESTRUTURA LOCAL

Água

O abastecimento de água, como já comentado, é feito através de uma rede alternativa, concebida e gerenciada pela própria comunidade. Segundo a moradora Bruna, secretária da associação de moradores, a rede é reconhecida pela prefeitura e devidamente fiscalizada por um bioquímico contratado pela AMSOL. Pelo serviço de distribuição, cobra-se uma taxa de R\$17,00 por domicílio (são 900 no total), valor que é dividido pela metade caso a moradia seja alugada.

O montante da arrecadação mensal é gerenciado pela diretoria da associação e destinado a melhorias e manutenção do abastecimento, bem como de todas as atividades da AMSOL. Há também, além da secretária, um funcionário responsável pela manutenção da rede de água e outro pela manutenção das ruas da comunidade.

Esgoto

Na comunidade, algumas casas utilizam o sistema de fossa séptica e sumidouro, porém a maioria despeja seus resíduos na drenagem pluvial, que acaba no rio que atravessa a área, não existindo um sistema de tratamento de esgoto.



Imagem 21: Rio que atravessa a comunidade. Fonte: Acervo pessoal (2016).

A situação se torna problemática pelo risco de se construir fossas sépticas e sumidouros em encostas e áreas de risco, sem as devidas precauções. Esses sistemas podem desestabilizar os terrenos das encostas pela infiltração da água, e aliados aos cortes e taludes existentes, se tornam um grande risco para a população.

Drenagem Urbana

A drenagem da água pluvial está presente na maior parte das ruas da comunidade, com tubulações instaladas pelos moradores. Esta drenagem, como comentado, recebe indevidas ligações do esgoto produzido nas casas.

Coleta de Lixo

A Coleta de lixo é feita pela COMCAP – Companhia de Melhoramentos da Capital – três vezes por semana, quando o caminhão recolhe o lixo domiciliar de três lixeiras comunitárias. As lixeiras foram construídas pela AMSOL, com verba do pagamento das taxas de água. Recebem manutenção constante, e são bastante utilizadas pelos moradores, apesar da distância relativa a algumas casas.



Imagem 22: Lixeira comunitária. Fonte: Acervo pessoal (2016).

Energia Elétrica

Uma das primeiras reivindicações da comunidade Sol Nascente foi a distribuição de energia elétrica e de água potável. A rede de energia foi instalada pela CELESC ainda na década de 1980. Os moradores entrevistados afirmam, porém, que algumas ligações são clandestinas.

Iluminação Pública

Mesmo as ruas não cadastradas oficialmente possuem iluminação pública. Porém, alguns trechos finais de ruas não são iluminados, assim como a totalidade dos caminhos de pedestres. Estes trechos são iluminados por lâmpadas instaladas pelos próprios moradores.

Habitações

As habitações da comunidade possuem o caráter de autoconstrução, e as construções e ampliamentos são feitos sem a devida assistência técnica, o que acaba acarretando no surgimento de problemas de execução. São comuns relatos de problemas de umidade e goteiras nas casas.

Num passeio pela área, observa-se que o padrão construtivo das habitações é superior ao encontrado em assentamentos informais e favelas, onde muitas casas são de madeira e construídas precariamente. No caso da comunidade, a maioria é construída em



Imagem 23: Padrão construtivo das moradias, em sua maioria de alvenaria. Fonte: Acervo pessoal (2016).



Imagem 24: Vista geral da comunidade. A frente, sede da AMSOL, na centralidade existente. Fonte: Acervo pessoal (2016).

alvenaria, e muitas já receberam projetos de ampliações e reformas. Notam-se, porém, a existência de cortes abruptos em muitos terrenos, o que configura uma situação de risco para a comunidade, como já foi comentado.

Equipamentos Públicos Comunitários

Em uma entrevista feita com João, ex-presidente da AMSOL, se soube que o equipamento comunitário disponível da comunidade é a própria sede da Associação de Moradores. O espaço possui um salão de cerca de 60m², uma secretaria, banheiros feminino e masculino, cozinha e almoxarifado. Nele ocorrem diversas atividades, que vão desde reuniões da associação até a comemoração de aniversários e casamentos.

Hoje a sede está em processo de expansão. Uma antiga reivindicação dos moradores, a construção de uma creche comunitária, foi atendida pela prefeitura e ficará pronta ainda este ano, funcionando no segundo pavimento da associação de moradores.

Esta se localiza na centralidade identificada da ocupação, em frente ao campo de futebol de areia, na Rua Pedra de Listras. No próximo capítulo nos aprofundaremos mais sobre esta centralidade.

2.7. ANÁLISE POPULACIONAL

Os dados sobre a população moradora da comunidade, mostrados neste subcapítulo, foram todos extraídos do artigo da pesquisa Infosolo “Há favelas e pobreza na “Ilha da Magia?”, escrito pela professora Maria Inês Sugai, do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFSC, no ano de 2005. Os estudos contidos nesta publicação contêm dados sobre o mercado informal do solo urbano nas cidades brasileiras, e como se dá o acesso da população pobre a este solo.

As entrevistas feitas em campo pelo autor confirma a realidade apresentada pela pesquisa, com a população, que de lá para cá cresceu em 400 famílias, sofrendo com a valorização imobiliária imposta pelo mercado no entorno, por sua localização no eixo de expansão de bairros residenciais de alta renda.

De acordo com a pesquisa, 60% dos moradores moravam na comunidade havia mais de dez anos, e 29% haviam chegado ao Sol Nascente até a década de 1980. 8,9% dos moradores à época vinham do interior de Santa Catarina e 17,8% do Paraná. A grande maioria dos migrantes (76%) exerciam atividade remunerada como empregados, principalmente no setor de serviços. De acordo com trabalhadora da AMSOL durante entrevista neste trabalho, “a maioria dos moradores trabalha como empregado, motorista, essas coisas”.

A presença do aluguel na comunidade, indicado na pesquisa e reforçado nas entrevistas, com preços de cerca de 250 reais por imóveis de 46m² e comprometendo em média 25% do orçamento das famílias, indica “a existência de um mercado imobiliário informal de aluguel que não apenas reproduz a condição de pobreza, mas que também impõe à população formas de exploração e valores de aluguel que se assemelham aos do mercado imobiliário formal” (SUGAI, 2005, p. 175). Desse modo, e considerando que até 95% das casas são feitas de alvenaria com acabamento externo, o preço médio do metro quadrado é o mais caro em relação a todas as comunidades incluídas na pesquisa. Esse dado, aliado aos dados da tabela X, demonstra que o processo de valorização imobiliária pelo qual a área passava (e ainda passa) se constituía em um risco de remoção para a população. Hoje, porém, a demarcação de ZEIS da área, pelo atual Plano Diretor se tornou uma ferramenta que assegura a permanência dos moradores, de acordo com as leis do município.

VENDA		COMPRA		ALUGUEL	
Renda média do responsável	Renda média domiciliar	Renda média do responsável	Renda média domiciliar	Renda média do responsável	Renda média domiciliar
3,31	4,43	1,75	3,22	2,18	3,27

Tabela 2: Renda domiciliar média e renda média por responsável, em salários mínimos. Fonte: INFOSOLO (2005).



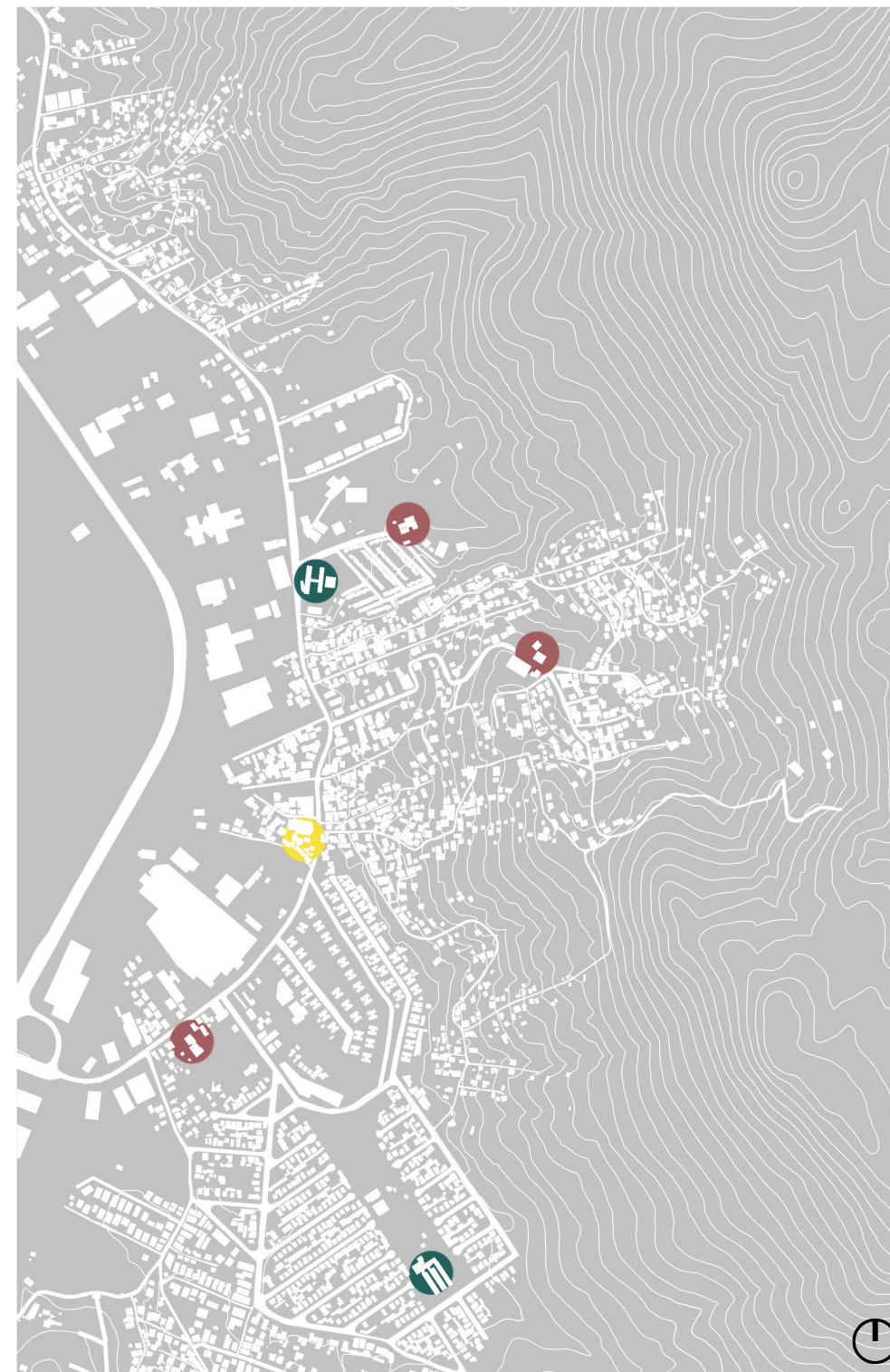
3. ANÁLISE URBANÍSTICA

3.1. MAPA DE USOS E DE USOS INSTITUCIONAIS

Observou-se, através de levantamentos feitos na comunidade e no seu entorno, um uso das edificações predominantemente residencial. A grande concentração de comércios e serviços encontra-se na rodovia Virgílio Várzea e na rodovia SC-401.

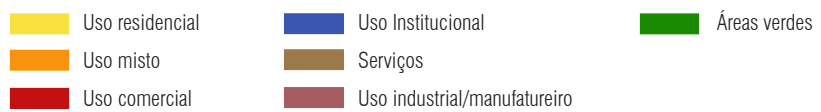
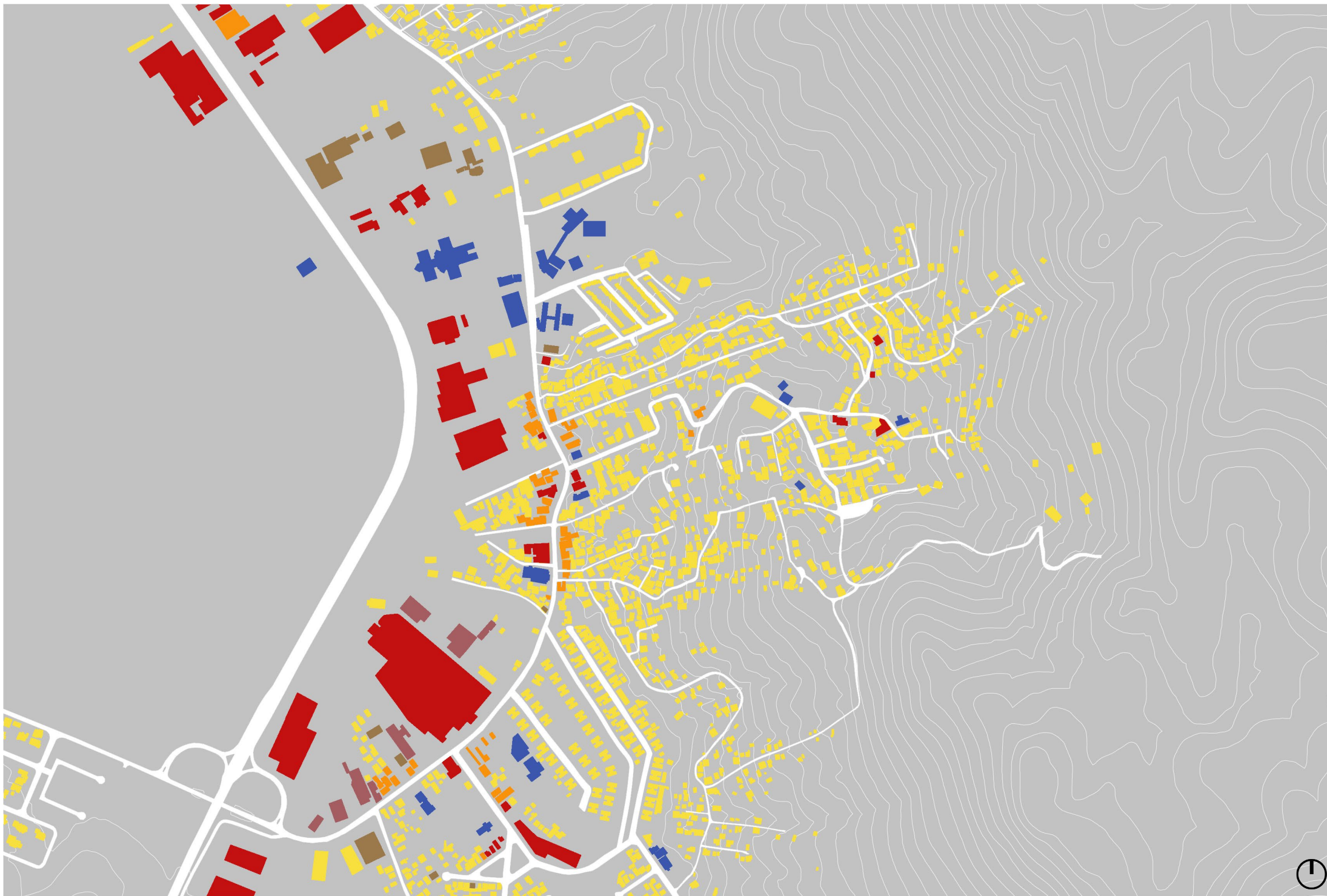
Há uma divisão clara dos grupos sociais e níveis de renda para os quais são destinados os comércios dessas duas rodovias. Na rodovia SC-401, com grandes investimentos feitos às classes de rendas maiores, instalaram-se lojas de produtos de construção de alto padrão, lojas de carros, um shopping e outros diversos empreendimentos, além de mais recentemente um grande complexo de escritórios, ainda em construção no início de 2016.

Já a Virgílio Várzea, rodovia mais antiga, apresenta comércios voltados aos moradores dos bairros, de rendas médias e baixas. São dos mais variados tipos, e se constituem em sua maioria casas de famílias, de dois andares e com térreos comerciais. O Centro de Saúde Saco Grande também está localizado nesta rodovia, bem como uma creche e uma escola básica do bairro.



Mapa 6: Mapa de Usos Institucionais da comunidade e de seu entorno. Fonte: Geoprocessamento de Florianópolis.

- Escola estadual
- Centro de Saúde
- Creche



Escala 1:7500



Imagem 26: À esquerda, nota-se as grandes lojas estabelecidas na SC-401. Fonte: Acervo pessoal (2016).

Em alguns trechos, devido à valorização das terras, alguns condomínios residenciais para as classes mais altas foram construídos, o que indica uma modificação do perfil dos moradores e o risco de um processo de exclusão social dos atuais.



Mapa 7: Mapa de Usos do solo da comunidade e de seu entorno. Elaboração própria. Fonte: Geoprocessamento de Florianópolis

Na comunidade Sol Nascente encontram-se alguns comércios de pequeno porte, como minimercados que servem localmente, cabeleireiros e padaria. Num raio próximo, existem dois supermercados de porte maior, com produtos mais variados e até mesmo mais baratos, onde a população faz suas compras ocasionalmente.

3.2. MAPA DE GABARITOS

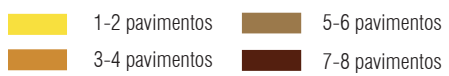
A leitura dos gabaritos das edificações do bairro evidencia o fato de que os investimentos na área estão concentrados na rodovia SC-401. Este processo é, hoje, inclusive estimulado pelo Plano Diretor da Cidade, que delimita grande faixa das margens desta rodovia como Área Mista Central 6.5, onde os prédios podem ter até 06 pavimentos.

Da mesma forma, em determinadas áreas das partes internas do bairro se permite a construção de edifícios mais altos, com o mercado imobiliário determinando uma mudança no seu caráter urbano.

Mapa 8: Mapa de Gabaritos da comunidade e de seu entorno, com levantamentos feito pelo autor. Fonte: Google Earth.



Imagem 27: Novos condomínios construídos na rodovia Virgílio Várzea. Fonte: Acervo pessoal (2016).



Escala 1:7500

3.3. CENTRALIDADES EXISTENTES

Oficialmente, a comunidade não possui uma área de lazer comunitária. Desta forma, através de visitas em campo e entrevistas pode-se concluir que o local em que a população se apropriou como área de lazer foi o indicado no Mapa 16.

Constitui-se um terreno privado que hoje tem função de campo de futebol. Já houve a solicitação por parte dos moradores por tornar esta área pública e de uso comunitário, pedido que ainda não foi aceito pela prefeitura.

Em entrevistas, pode-se constatar que os jovens e crianças usam muito este espaço nas suas horas de lazer. Além disso, as próprias ruas se constituem, pelo caráter de bairro com baixa mo-

vimentação de carros, em espaços de encontros, conversas e jogos. Antigamente, havia também um parquinho para as crianças junto à sede da AMSOL, mas devido à sua ampliação este foi desativado. Áreas de lazer ou espaços públicos oficiais são inexistentes.

Nos pontos mais altos da ocupação, os moradores estabeleceram uma ligação interessante com a cachoeira, e pode ser considerada uma área onde a comunidade passa seus tempos livres. Em dias mais quentes, é comum ver as crianças brincando e os adultos se refrescando nela.

Mapa 9: Mapa da centralidade da comunidade. Elaboração própria. Fonte: Google Earth. ▼



● Centralidade existente



Imagem 28: Campinho de futebol de areia, na centralidade existente. Fonte: Acervo pessoal (2016).

Se a centralidade fosse um local com uma infraestrutura mais adequada, com parquinhos, espaços para jogos e áreas de estar sombreadas, seria muito mais aproveitada pelos moradores. A própria cachoeira e seu rio, se devidamente integrados no espaço, poderiam se tornar um belo elemento paisagístico, com uma força maior como espaço natural de lazer.

3.4. MAPA DE CHEIOS E VAZIOS

Através deste mapa podemos perceber que o entorno imediato da comunidade já se encontra em um ambiente urbano bem consolidado, de maneira geral apresentando poucos terrenos vazios. Na SC-401, os poucos vazios estão à espera da valorização imobiliária do bairro, e provavelmente receberão algum grande investimento nos próximos anos.

Na comunidade, nota-se o caráter espontâneo da ocupação, sem um planejamento definido. As moradias seguem as vias criadas e as próprias linhas topográficas do terreno, se concentrando em maior parte nas áreas mais próximas da rodovia abaixo, da centralidade e numa faixa extensa mais ao norte, que inicialmente pertencia a um único dono, como mencionado no capítulo anterior.

▶
Mapa 10: Mapa de Cheios e Vazios da comunidade e de seu entorno. Elaboração própria. Fonte: Google Earth.



Escala 1:7500

3.5. MAPA DO SISTEMA VIÁRIO

O sistema viário interno da comunidade pode ser hierarquizado de acordo com o uso, sendo que a rua principal, a Pedra de Listras, foi classificada como coletora, e as demais como vias locais. Essa divisão baseia-se principalmente pelo uso observado, onde os maiores fluxos, a largura da via, e a rota do transporte coletivo acontecem na via coletora. Nela, encontra-se na área plana do alto do morro a centralidade da comunidade.

As vias foram construídas ao longo da expansão da comunidade, de acordo com a necessidade dos moradores. Desta forma, vemos que parte delas são paralelas às curvas de nível, e outras perpendiculares, em larguras médias de três metros. Esta largura se torna insuficiente para a circulação adequada de pedestres e automóveis, situação que se torna conflituosa e até perigosa em alguns pontos.

Grande parte do calçamento das ruas foi feito com mão-de-obra dos próprios moradores, com compra ou doação dos materiais através da AMSOL. Algumas são parcialmente recobertas de asfalto, e em outras há inclusive trechos de terra (não pavimentadas).

Para os pedestres, a acessibilidade se torna mais difícil devido a grande inclinação vencida pelas ruas. Nas vielas ou caminhos exclusivamente pedonais, as alturas são vencidas com rampas ou escadaria improvisadas, com subidas íngremes e cansativas. As calçadas, quando existem, são descontínuas e impedem qualquer uso por pessoas com dificuldade de locomoção.

Mapa 11: Mapa do Sistema Viário da comunidade e de seu entorno. Elaboração própria. Fonte: Google Earth.



- Via local
- Via arterial
- Via coletora
- Via de trânsito rápido

3.6. MAPA DO TRANSPORTE

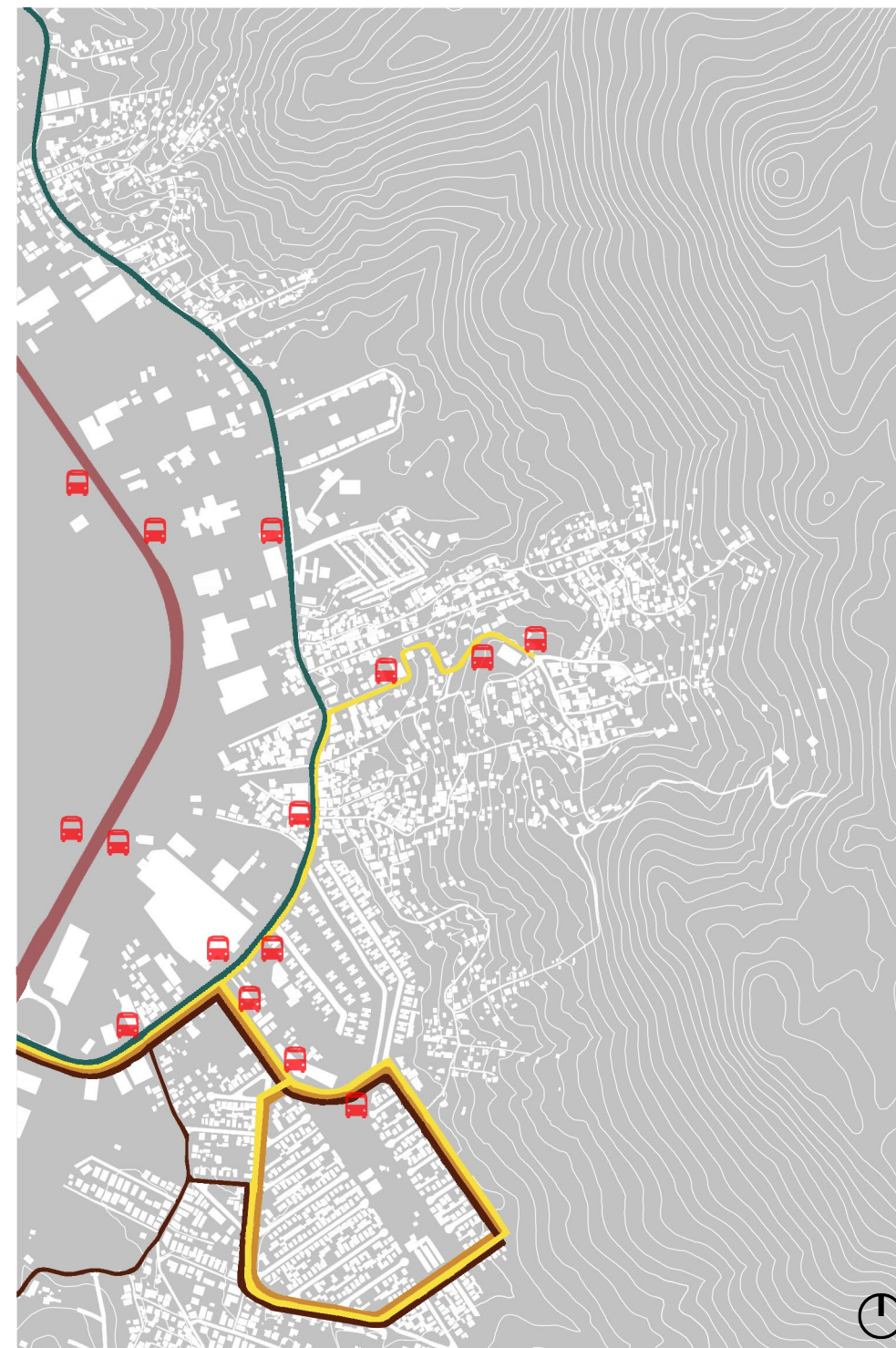
O transporte público, com em toda a cidade de Florianópolis, possui grandes defeitos. Além de ter horários escassos e paradas afastadas uma das outras, os próprios veículos são muitas vezes velhos e desconfortáveis, se tornando um desincentivo ao seu próprio uso pelos habitantes. Apesar de o sistema ser caro e mal gerenciado, a comunidade está próxima de várias linhas que passam na rodovia Virgílio Várzea, e levam os habitantes diretamente aos terminais TITRI e TICEN, em trajetos diretos. Para se chegar ao Norte da Ilha, devem andar até a SC-401, onde existem alguns ônibus que trafegam neste sentido.

Apenas uma linha passa na comunidade, a Sol Nascente, que faz seu percurso na Rua Pedra de Listras, como já foi dito. O ônibus, devido ao seu porte, não consegue entrar em outras ruas, e seu ponto final acaba sendo distante de algumas casas, já que faz seu retorno na frente da sede da AMSOL. Desta forma se nota a inadequação do transporte, que no caso de rotas que passam em ruas estreitas e muito inclinadas, deveria ser pensada em uma alternativa mais condizente, como o uso de micro-ônibus, por exemplo.

Por isso a linha, que, além disso, apresenta escassez de horários (são 08 horários por dia saindo da Sol Nascente e 08 do TITRI) é fruto de reclamações constantes dos moradores, que muitas vezes preferem descer o morro e utilizar outras que passam na rodovia Virgílio Várzea e no bairro Monte Verde.

Há um trecho de ciclofaixa no início da Virgílio Várzea, considerado insignificante devido à sua pequena extensão, à falta de conexões com áreas de maior uso ou outros modais e à própria ineficácia do sistema. Por ser mal feita, acaba sendo subutilizada pelos moradores, que relatam não utilizá-la em seu dia-a-dia.

Mapa 12: Mapa do transporte público da comunidade e de seu entorno. Elaboração própria. Fonte: Google Earth e site do Consórcio Fênix.



- Cacupé, Canasvieiras (via Gama D'Eça/ via Mauro Ramos/Trindade), Santo Antônio (via Beira Mar), TICAN TICEN via TITRI, TICAN TITRI
- Saco Grande via João Paulo, Sc-401 retorno Saco Grande
- Caminho da Cruz
- Monte Verde (via Mané Vicente), Saco Grande via HU
- Sol Nascente
- 🚌 Pontos de ônibus existentes

3.7. PLANO DIRETOR ATUAL E ZEIS DA ÁREA

A formulação de ferramentas legais para a execução de uma política habitacional mais abrangente no território nacional, com maior eficácia ao prover o direito à cidade e à habitação veio a se concretizar com a criação do Estatuto da Cidade no país, em 2001. Neste contexto, *“se consolidou uma nova ordem jurídica no Brasil, baseada no princípio da função social da cidade e da propriedade.”* (ROLNIK, 2010, p.8).

Assim, o Plano Diretor Municipal foi redefinido como principal instrumento de política urbana, determinando de que maneira o Estatuto da Cidade deve ser aplicado em cada município. Isso se deu a partir das novas relações estabelecidas entre Estado, proprietários e cidadãos, com a nova ordem jurídico-urbanística criada através da Constituição Federal e do Estatuto da Cidade.

Dentre os instrumentos formulados para contribuir mais efetivamente na produção de habitação de interesse social, encontram-se aqueles de incentivo à construção, sob os quais se baseiam os mecanismos vigentes nas ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social em áreas providas de infraestrutura), que induzem ao cumprimento da função social da propriedade e de facilitação da aquisição de imóveis pelo poder público.

A regulamentação do Plano Diretor do Município de Florianópolis (Lei complementar nº482, de 17 de janeiro de 2014), tornou a área da comunidade Sol Nascente como ZEIS 2, após anos de reivindicações e lutas da mesma. Nesta categoria, são demarcados *“os assentamentos ocupados espontaneamente por população de baixa renda em áreas públicas ou privadas, onde há restrição legal ou técnica a urbanização, destinadas, prioritariamente, a ações de regularização fundiária”*. (PMHIS, 2011). Segundo consta no Plano, as áreas demarcadas como ZEIS 2 estarão sujeitas a remanejamento ou relocação dependendo do caso e a critério do órgão responsável pela política habitacional do Município, que no caso é a Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental. Portanto, como evidenciado no próximo capítulo, neste Trabalho pretende-se realocar as moradias localizadas em áreas de risco com critérios do próprio Plano Municipal de Redução de Riscos, transferindo as famílias para áreas mais seguras da comunidade.

A zona em questão, junto com uma grande área que margeia a Rodovia Virgílio Várzea, está demarcada também como Área Especial de Interesse Social, sobreposta à própria ZEIS. Esta delimitação tem a finalidade de *“flexibilizar o regime urbanístico para viabilizar e incentivar urbanizações de interesse social, que deverão ocorrer próximas às*

redes de infraestrutura, zonas de centralidade com uso misto de comércio, serviços, residências e meios de transporte coletivo.” (PMHIS, 2011).

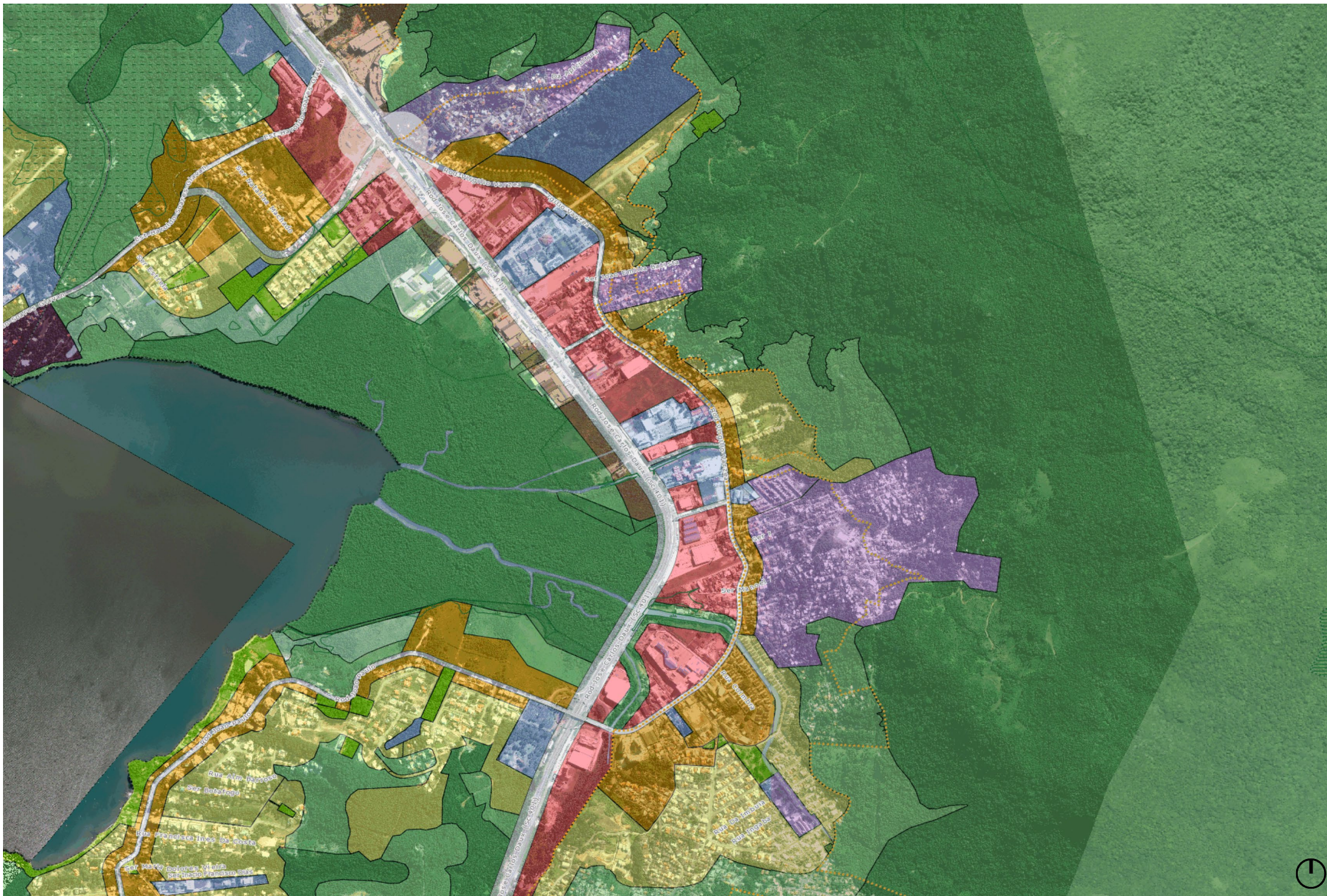
Ressalta-se a importância desta delimitação de ZEIS, pois garante que espaços vazios ou subutilizados sejam destinados à população de baixa renda, impedindo o avanço da especulação imobiliária e possibilitando o acesso à infraestrutura urbana e o cumprimento da função social da propriedade. Este tema refletirá nas diretrizes deste projeto, abordadas no próximo capítulo.

Mapa 13:
Delimitação da ZEIS da área. Fonte: A Geoprocessamento da Prefeitura (2014).



Delimitação da ZEIS da área

Mapa 14: Mapa do Plano Diretor da área. Fonte: Geoprocessamento da Prefeitura



- | | | |
|---|---|--|
| ■ APP - Área de Preservação Permanente | ■ AMC - Área Mista Central | ■ ZEIS - Zonas Especiais de Interesse Social |
| ■ APL-E - Área de Preservação Uso Limitado (Encosta) | ■ ARM - Área Residencial Mista | ■ AMS - Área Mista de Serviços |
| ■ APL-P - Área de Preservação Uso Limitado (Planície) | ■ AVL - Área Verde de Lazer | ■ AEIS - Áreas Especiais de Interesse Social |
| ■ ACI - Área Comunitária Institucional | ■ ARP - Área Residencial Permanente | ■ AEIS - Áreas Especiais de Interesse Social |

Escala 1:7500



4. DIRETRIZES PROJETOAIS

Ao longo do estudo da Comunidade Sol Nascente, pode-se entender a complexidade que envolve a formação de assentamentos informais nas cidades brasileiras, e de todos os aspectos políticos, sociais, econômicos e ambientais que abrangem o modo como se desenvolveram nossos espaços urbanos, gerando esse tipo de ocupação.

Mais que isso, nas leituras dos referenciais teóricos compreendeu-se os processos de segregação e preconceito vividos pela população de baixa renda no Brasil, e de como suas necessidades são relegadas a segundo plano no âmbito de nossas políticas públicas, que deveriam atender a todos os cidadãos igualmente. O direito à cidade e a qualidade de vida, com todas as infraestruturas necessárias e acesso facilitado aos serviços, se faz ausente para grande parte da população, refletindo nos mais diversos aspectos políticos e no abismo social que enfrentamos em nosso país.

Por se tratar de uma comunidade inserida em uma área de encosta e, portanto, frágil ambientalmente, como se caracterizam muitas favelas e ocupações informais, foi necessário um estudo da suscetibilidade a deslizamentos e enchentes a que ela está sujeita, bem como na busca de possíveis soluções para a sua ocupação adequada, em referenciais teóricos e autores especializados. A intervenção deve levar em conta que a comunidade está próxima a áreas de APP urbana, e que muitas casas hoje correm riscos de desabamento pela própria instabilidade do terreno.

Pela forte Associação de Moradores presente na comunidade, responsável pela auto-gestão e pela construção de grande parte da infraestrutura existente – com ênfase à rede de distribuição de água, totalmente construída com mão-de-obra dos moradores – percebe-se que a população foi ativa no processo de construção de seu espaço, sendo uma importante realização a delimitação da área como ZEIS no Plano Diretor atual.

Pelo que foi exposto, as diretrizes deste anteprojeto de habitação social, que será elaborado na segunda etapa deste trabalho de conclusão de curso, foram pensadas de maneira a promover a justiça social e a igualdade no acesso à cidade, pelos direitos à moradia digna que todos têm. Por isso, propõe-se utilizar a própria habitação como instrumento de inclusão social e como parte integrante da comunidade.

Como se pode perceber através dos levantamentos feitos na área, esta possui carências por atividades diversificadas, como o acesso a espaços culturais e de lazer, e pretende-se utilizar dessas carências nas estratégias de implantação e de usos do projeto. Assim são pensadas de modo a prover o uso público dos espaços comunitários, enfatizando e valorizando a centralidade existente, através de áreas de lazer ligadas às principais localidades utilizadas pelos moradores. Desta maneira, foram adotadas as seguintes diretrizes projetuais:

- Inclusão sócio-espacial e direito à cidade:

Elaborar um projeto de uma HIS com uma infraestrutura urbana adequada, possibilitando à população melhorias em sua qualidade de vida.

- Integração com o entorno urbano:

Conectar a comunidade ao contexto urbano – tendo a habitação papel central neste processo – por facilidades no acesso pedonal e do transporte público, através de espaços públicos qualificados. Assim, pretende-se promover uma troca entre as diferentes camadas sociais e a apropriação democrática das áreas públicas comunitárias.

- Promoção da diversidade de usos e da vitalidade urbana:

Propor serviços e atividades urbanas diversificadas, ligadas às moradias e suas implantações, para que os habitantes tenham uma maior oferta de serviços e comércios. Desta forma, promove-se um maior uso dos espaços urbanos e a consequente valorização destes, por parte da própria população.

- Preservação do meio ambiente natural:

Inserção da intervenção através de soluções urbanísticas e projetuais que minimizem o impacto no meio natural e nas áreas de proteção ambiental. Utilizar a arquitetura para valorizar as áreas de preservação, fazendo com que a sua implantação permita a apropriação, de maneira sustentável e equilibrada, destas áreas.

- Acesso a moradia digna:

Reconhecer os direitos de cidadania da população com moradias dignas, fortalecendo a autoestima da comunidade.

- Qualidade arquitetônica:

Desenvolver um projeto de Habitação de Interesse Social qualificado, considerando soluções de conforto ambiental e de baixo impacto, que valorize a vida comunitária e se integre através dos próprios espaços ao seu entorno, de maneira harmônica na paisagem urbana.



5. A PROPOSTA

5.1. EVOLUÇÃO DO PROJETO

O projeto habitacional foi desenvolvido de modo a atender as diretrizes elaboradas ao término da etapa anterior a partir de uma intervenção arquitetônica inserida no espaço da comunidade. Desse modo, o primeiro passo do projeto foi a escolha dos terrenos mais apropriados para a implantação do equipamento, para em seguida desenvolver sua implantação de forma integrada com os espaços públicos hoje existentes e aqueles conformados pelos edifícios.

Terreno

O local escolhido é aquele onde foi identificada a centralidade da comunidade, em que estão a atual associação de moradores, a igreja, o campo de futebol e pequenos comércios, e onde há dois grandes terrenos vazios. Trata-se de um local privilegiado e que requer um olhar cuidadoso no que se refere a seu papel no interior da comunidade. Assim, antes que se pudesse desenvolver a implantação do conjunto habitacional, foi necessário buscar estratégias para a integração entre os dois terrenos e para a conectividade deles com outros espaços públicos da comunidade e com o rio.

São propostas a qualificação do campo de futebol, reconhecendo seu papel integrador, e a transferência de local da sede da associação de moradores e da igreja, mantendo-os na área de intervenção em novas edificações propostas, de modo a integrá-las na implantação do conjunto. Na nova sede da associação de moradores, com dois andares, são propostos, além do espaço para as reuniões da associação, uma creche no térreo, atendendo a uma reivindicação atual da comunidade, e espaços para cursos, oficinas

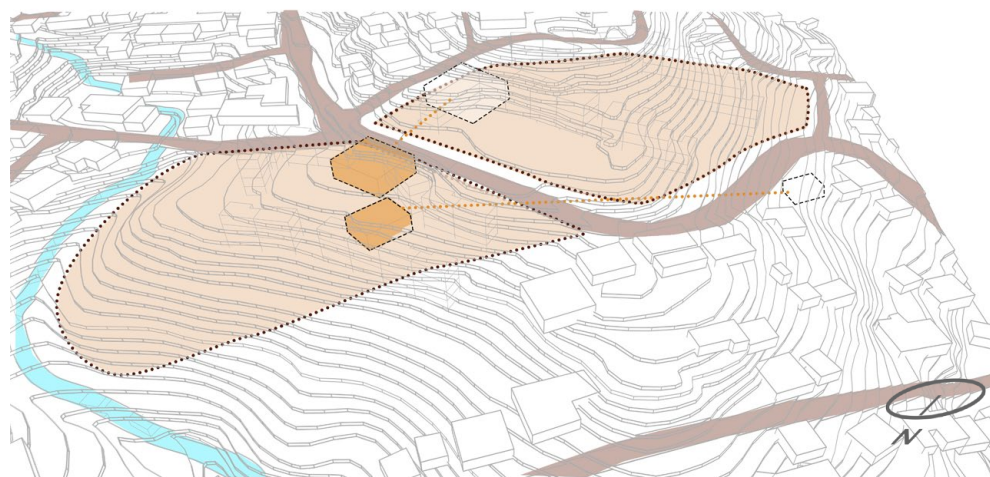


Imagem 31: Realocação da AMSOL e Igreja para terrenos próximos.

e atividades afins. A implantação do equipamento é pensada de modo a conformar um eixo com o parque desenhado no entorno do rio, para o qual são propostos espaços de lazer e apropriação e hortas comunitárias, que, conjuntamente com ações de educação ambiental desenvolvidas na associação de moradores, têm como função estimular a população a impedir sua degradação ambiental.

Implantação

A implantação dos edifícios seguiu algumas condicionantes consideradas essenciais, de modo que sua volumetria é uma resultante da busca por um equipamento que acomode com qualidade o maior número possível de moradores promovendo espaços públicos, conforto ambiental e uma relação sustentável com o ambiente do entorno.

A proposta para o conjunto segue parâmetros da Faixa 1 (0 a 3 salários mínimos) do programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV). De modo a criar o máximo possível de habitações para atender aos moradores de áreas de risco, foram adotadas para as unidades as dimensões mínimas de acordo com o programa, compensando o espaço reduzido com qualidade arquitetônica e prioridade para o conforto ambiental. Para acomodar essas unidades sem criar espaços segregados, e também para evitar grandes fundações em um terreno com fragilidade ambiental, são propostos edifícios com até quatro pavimentos.

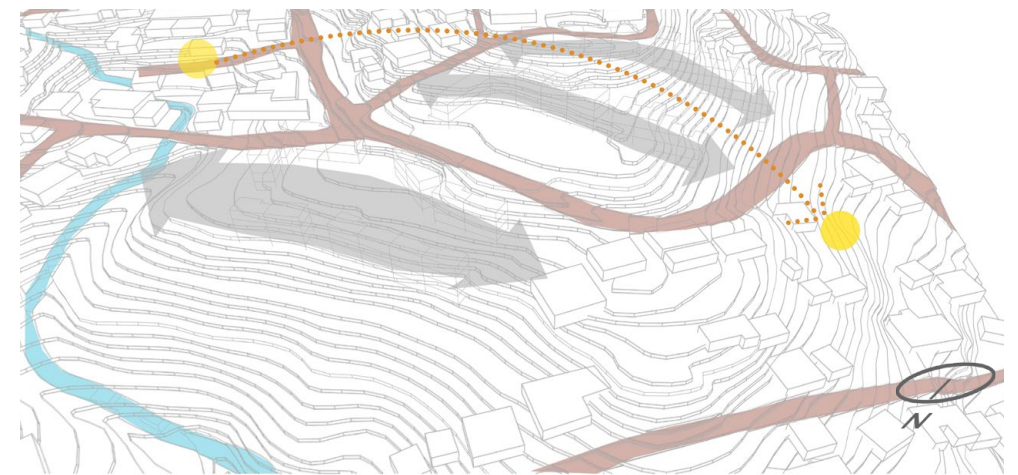


Imagem 32: Esquema de estratégia de implantação de acordo com a insolação.

Para o espaço público junto ao rio, visando criar uma integração e uma valorização como elemento paisagístico da comunidade, propõe-se um acesso aos níveis mais baixos através de rampas e escadarias, que conformam diferentes áreas. Assim, cria-se espaços verdes para hortas comunitárias, que poderiam ser apropriados pela população também como locais de educação ambiental e valorização da paisagem, experimentação artística e lazer junto ao rio.

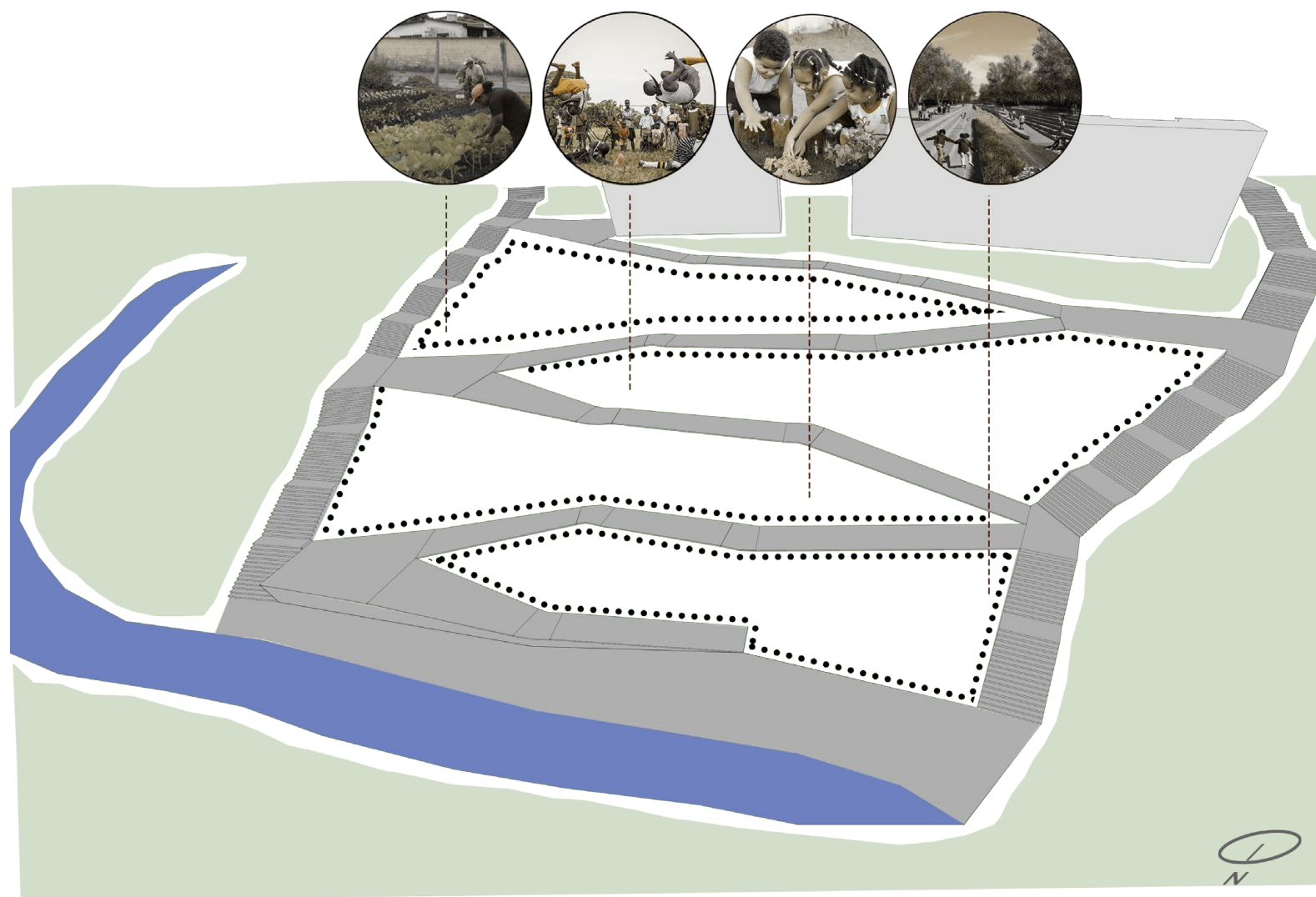


Imagem 33: Esquema sem escala dos espaços públicos criados junto ao rio

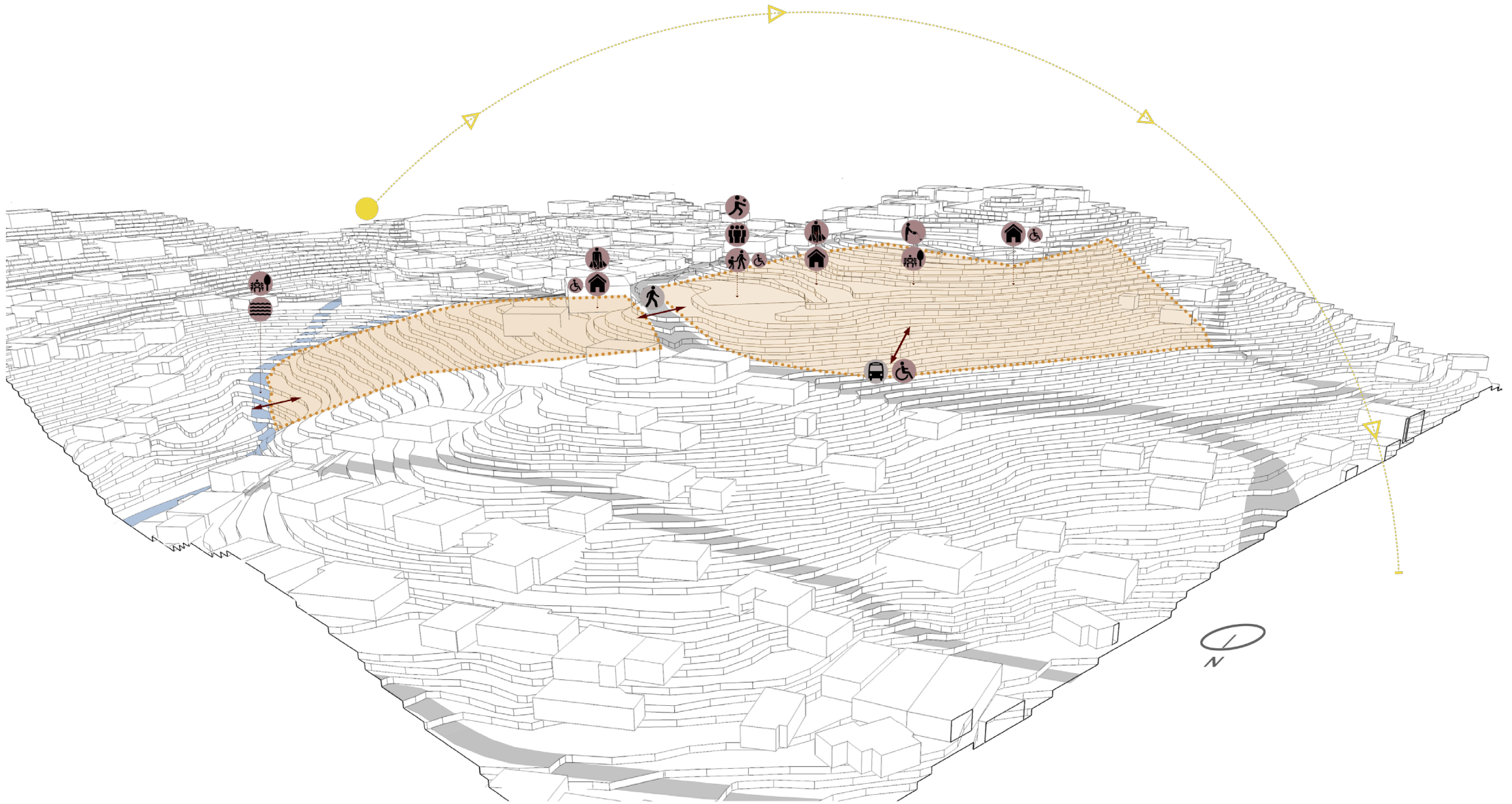
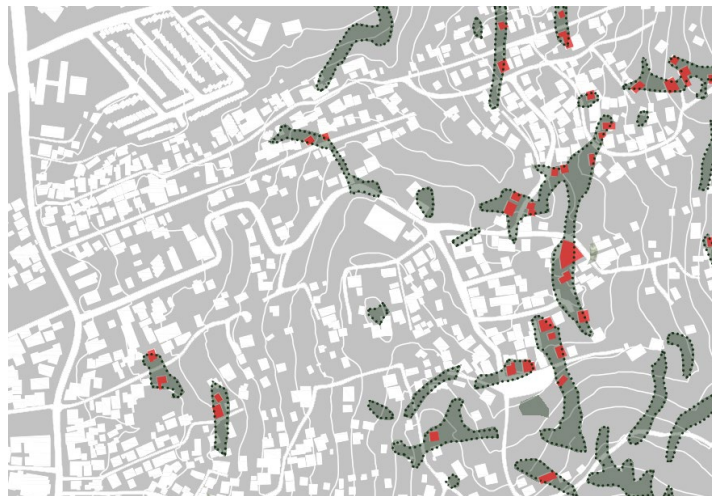


Imagem 34: Esquema de diretrizes e ações da implantação

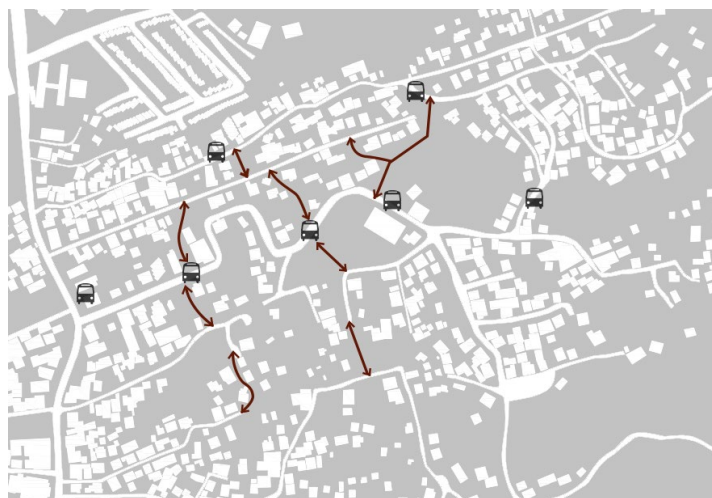
A facilidade de acesso ao transporte coletivo foi uma prioridade, condicionando a implantação dos edifícios. As vagas de automóveis correspondem a 30% das unidades, de acordo com o mínimo exigido pelo MCMV. Trata-se de uma forma de desestimular o uso do transporte individual, além de evitar grandes movimentações de terra, necessárias para a implantação de estacionamentos.

Para buscar o melhor conforto ambiental e eficiência energética, optou-se por sempre orientar as edificações para o norte. Em algumas situações isso levou a uma implantação



Mapa 15: Áreas de risco ambiental e edificações realocadas

Área de alto risco ambiental
Edificações realocadas

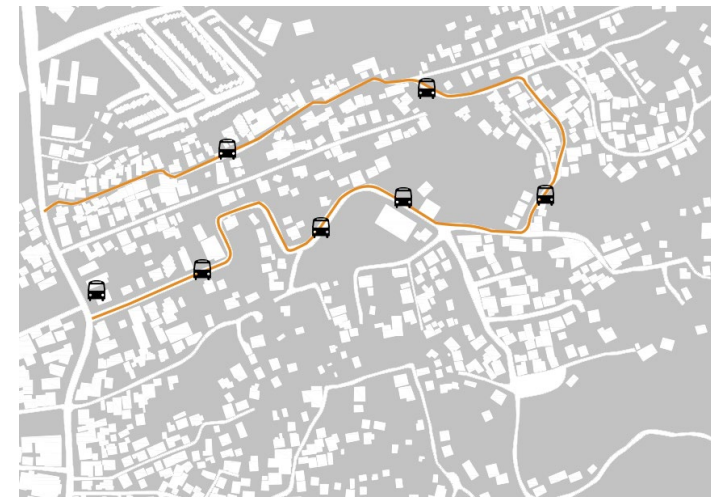


Mapa 16: Conexões peatonais criadas na comunidade

Conexões peatonais criadas
Ponto de ônibus

perpendicular às curvas de nível, que não é recomendável, mas que foi compensada com uma volumetria escalonada e com o menor movimento de terra possível.

A qualificação dos espaços públicos existentes e a criação de novos espaços de qualidade também orientou a implantação dos edifícios. Assim, são propostos três volumes que conformam três praças com diferentes escalas.



Mapa 17: Ampliação do itinerário da linha de ônibus local

Ampliação do itinerário da linha de ônibus
Ponto de ônibus

A mais central, que abriga a quadra de esportes, é aquela que mais se integra com a comunidade e reforça o caráter de centralidade do local, com comércios voltados para si e abrigando uma parada de transporte coletivo. As outras duas praças possuem caráter mais íntimo e são voltadas prioritariamente para os moradores do conjunto, embora também sejam abertas.

As aberturas foram criadas para buscar conexões entre os conjuntos e o rio, criando grandes eixos de circulação.

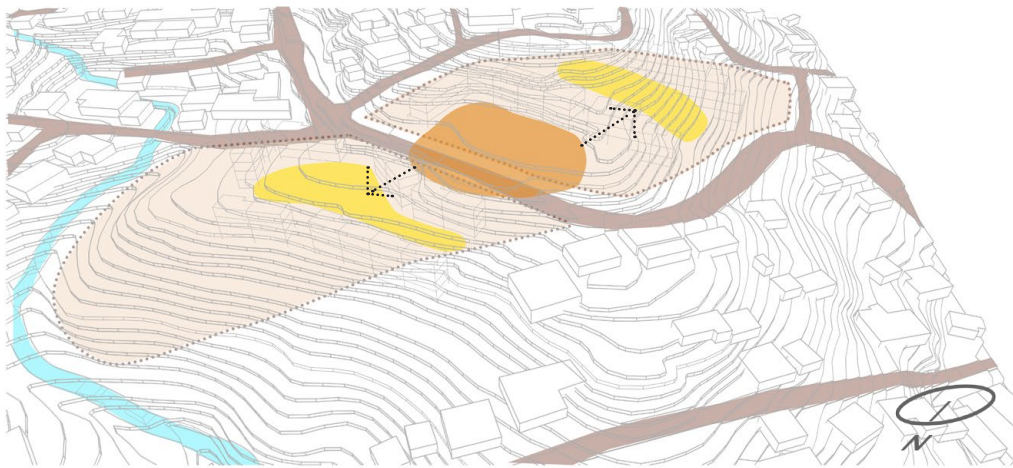


Imagem 35: Praça central integrada às duas de menor escala



Imagem 36: Três volumetrias iniciais



Imagem 37: Aberturas criadas nos volumes a partir das principais conexões intencionadas

Acessibilidade

Por se tratar de terreno íngreme, a acessibilidade nem sempre pôde ser assegurada no projeto. No entanto, buscou-se garantir o acesso universal ao edifício a partir dos pontos mais importantes, que são os pontos de ônibus, os estacionamentos, a praça central onde estão os equipamentos institucionais e o parque do rio, que se conecta às edificações a partir de uma rampa. As unidades habitacionais acessíveis correspondem aos 3% recomendados pelo programa MCMV.

Mapa 18: Mapa do Implantação

5.2. IMPLANTAÇÃO



5.3. SEÇÕES VIÁRIAS

A partir da ampliação do itinerário da linha de ônibus local, propõe-se o uso de micro ônibus pela facilidade de acesso às áreas mais íngremes do trajeto. Para adequar as vias para seu traslado e torná-las mais acessíveis para os pedestres foram estabelecidas 03 seções viárias nas vias onde transporte passa.

Para melhor integração dentro da comunidade, foram pensadas conexões peatonais próximas às paradas de ônibus, para facilitar o acesso. Assim, a seção 03 representa esquematicamente como seriam estas novas conexões.

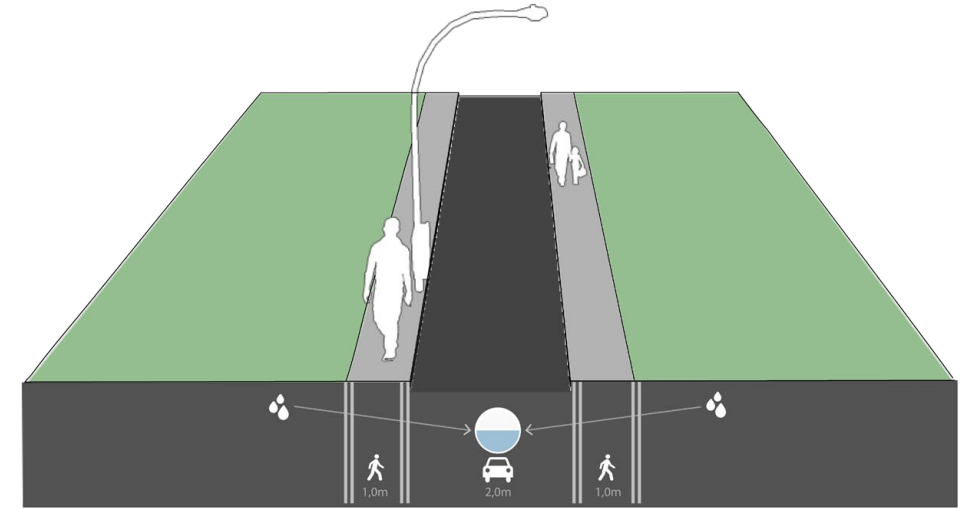


Imagem 38: Seção Viária 02 - Rua José Cândido Amorim

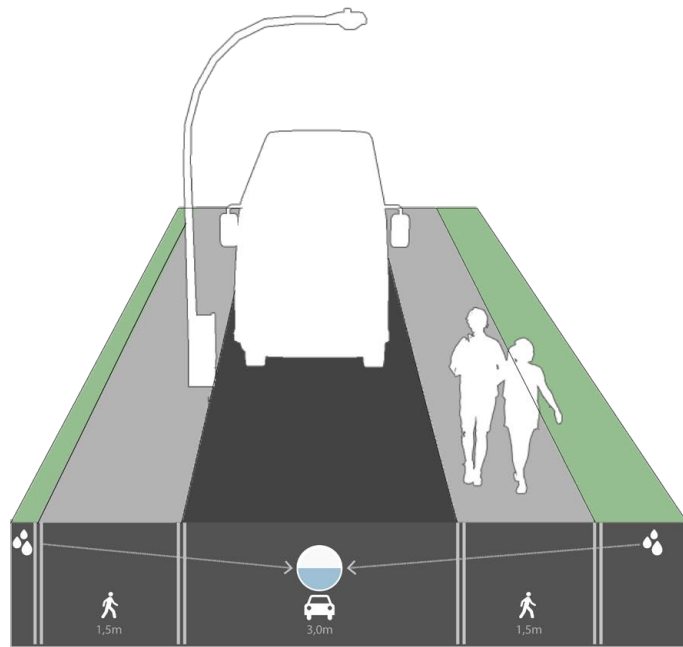


Imagem 37: Seção Viária 01 - Rua Pedra de Listras

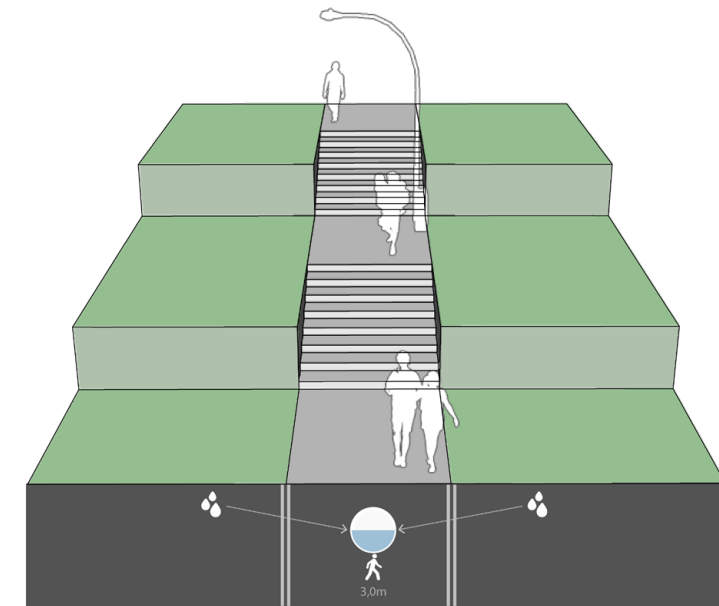


Imagem 39: Seção Viária 03 - Passeio Peatonal

5.4. LOCALIZAÇÃO DAS TIPOLOGIAS E USOS

Cada um dos volumes abriga uma tipologia habitacional diferente. Em ambos os casos as áreas molhadas são fixas e as demais vedações possuem flexibilidade. Algumas possibilidades são apresentadas, mas outras conformações são possíveis, de acordo com o diálogo feito com os futuros moradores das unidades. Em todos os casos, graças à implantação, são previstas estratégias de conforto climático.

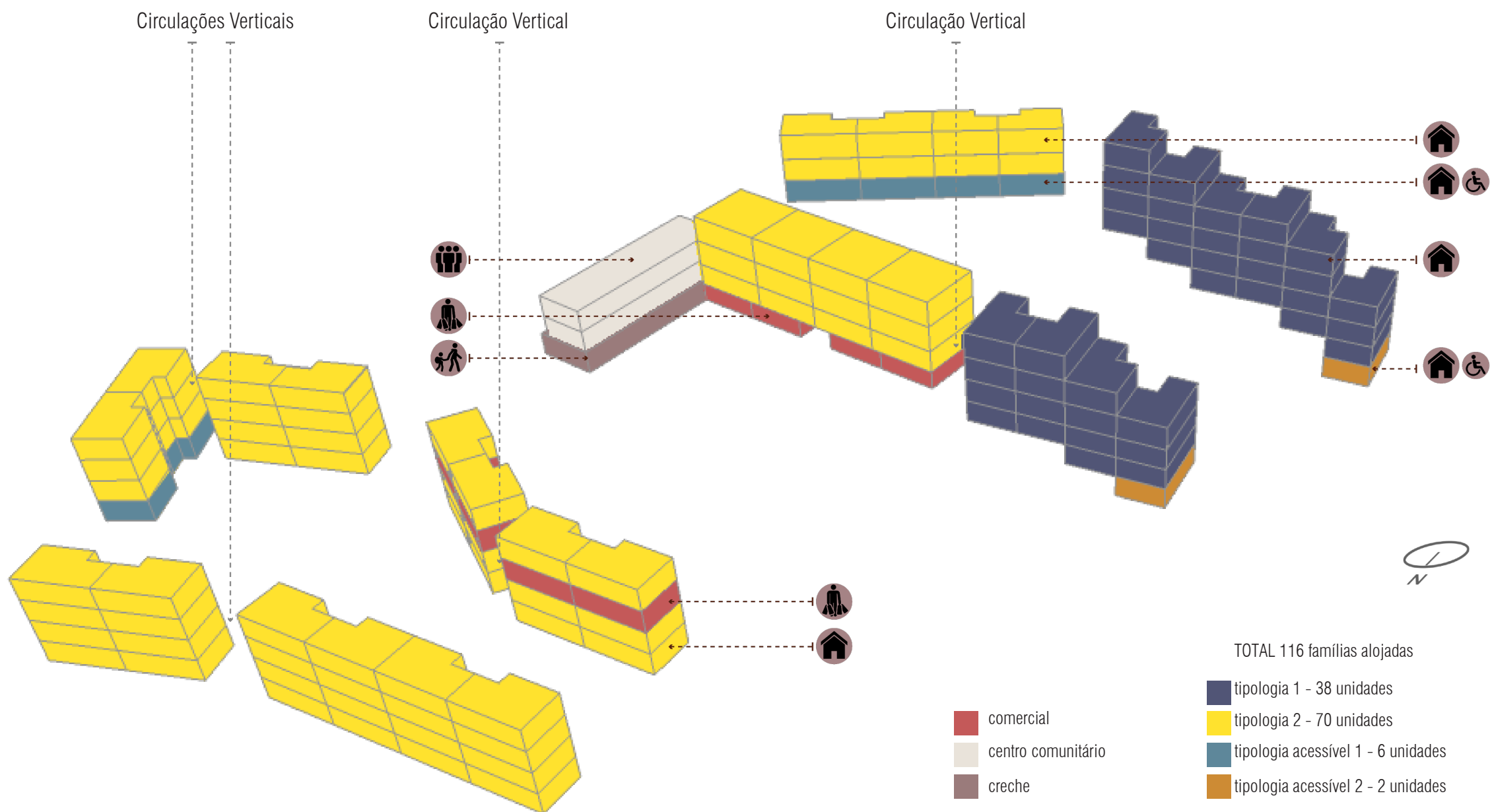


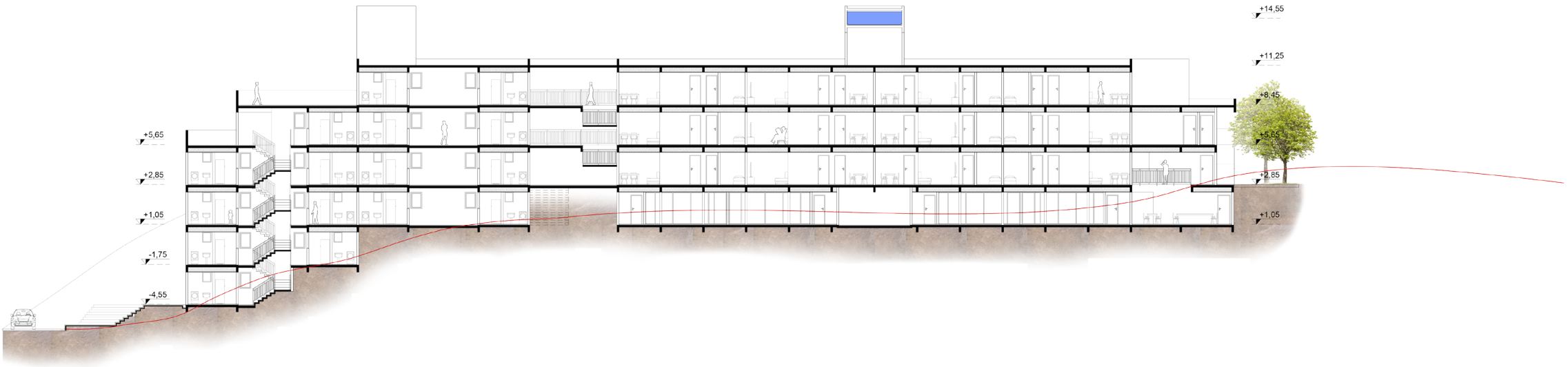


Imagem 29. Eixo de acesso às residências com patamares de terra

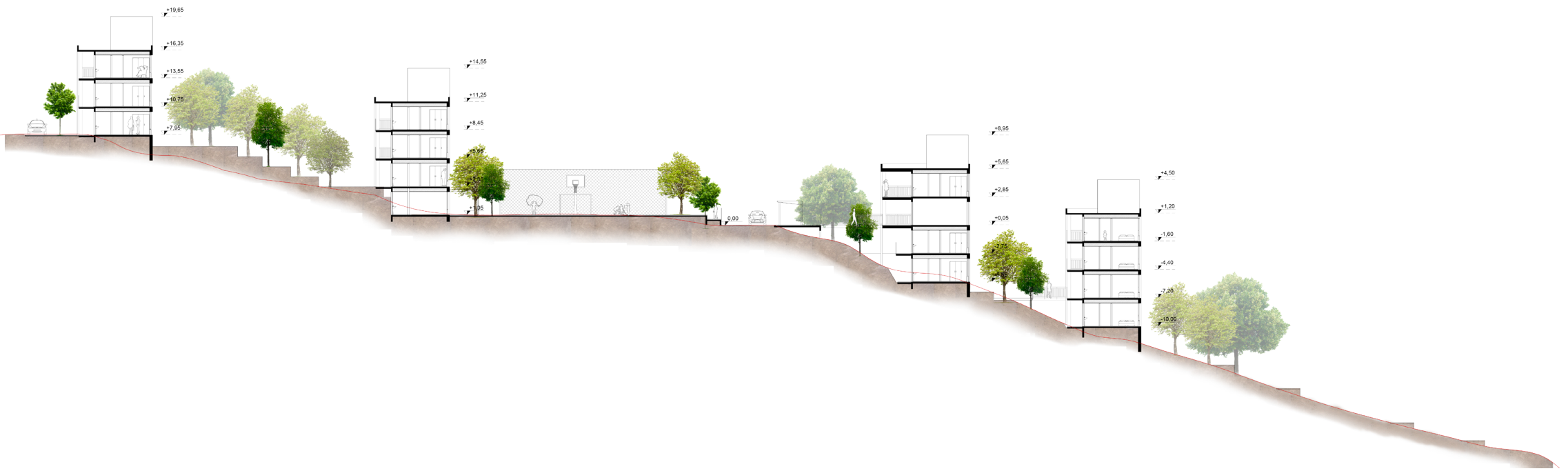


Imagem 40: Praça central com quadra de esportes, comércio, e equipamentos institucionais

5.5. CORTES



Corte AA'



Corte BB'



Imagem 41: Corredor de acesso às residências com vista para o espaço público entre blocos

5.6. ESQUEMA DE CORTES DOS NÍVEIS DA PLANTA BAIXA



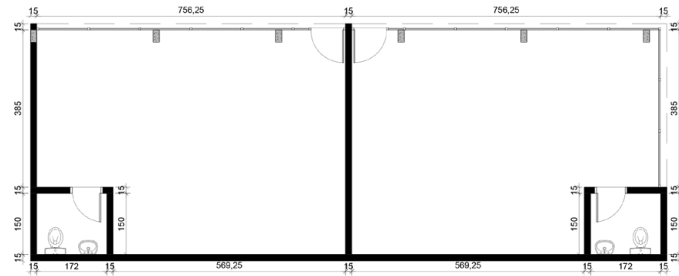
5.7. PLANTA BAIXA PAVIMENTOS TIPO



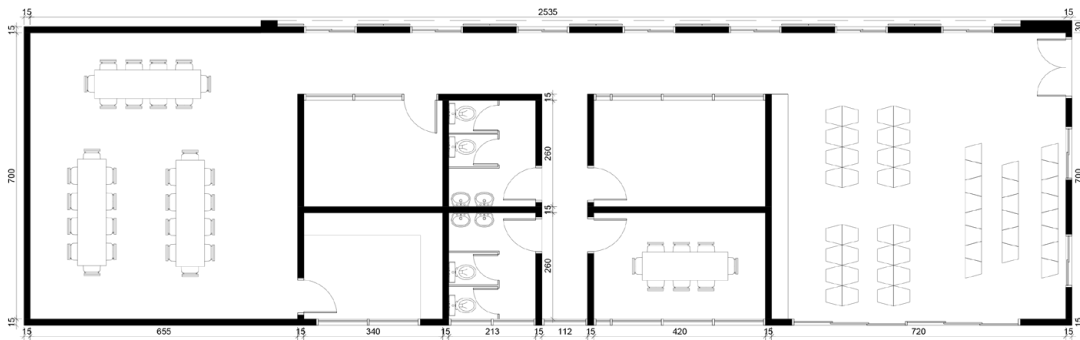


Imagem 42: Espaço comunitário com vista para a praça central

5.8. PLANTAS BAIIXAS TIPOLOGIAS



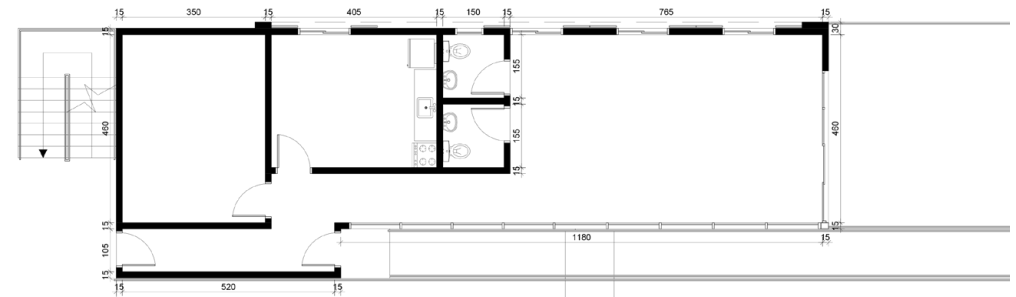
Unidade comercial



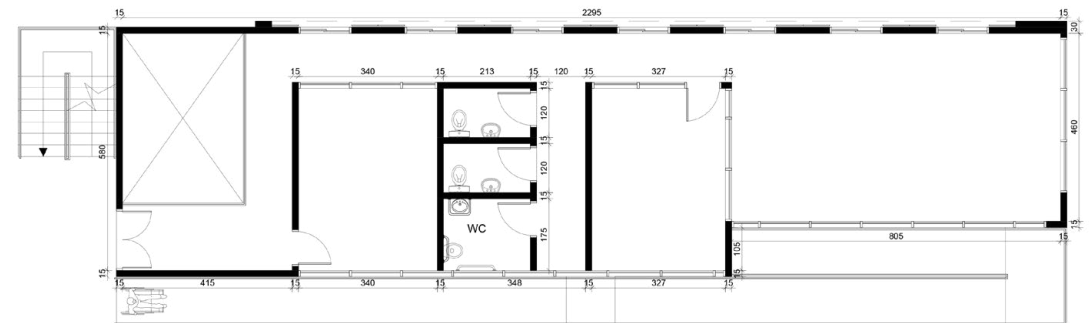
Térreo do edifício institucional (Creche)

Execução

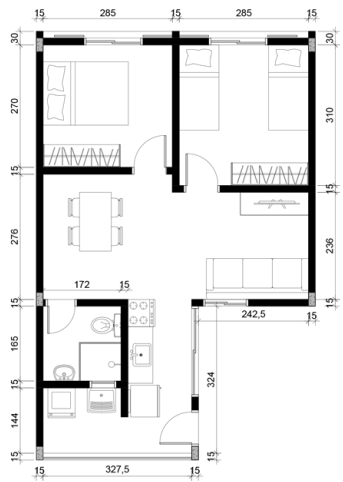
A construção dos edifícios deve seguir etapas pré-definidas de modo a assegurar a construção dos espaços públicos propostos. Assim, o primeiro volume a ser executado deve ser aquele mais próximo à quadra, conjuntamente com o espaço público central e com a sede da associação de moradores, destinado necessariamente aos moradores de áreas de risco. O segundo volume, mais próximo ao rio, deve ser construído na seqüência. Em função do terreno em declive e da dificuldade de acesso, ambos os prédios devem ser construídos com concreto moldado in loco.



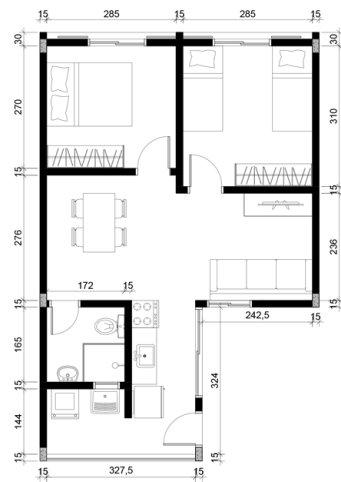
Primeiro pavimento do edifício institucional (Sede AMSOL)



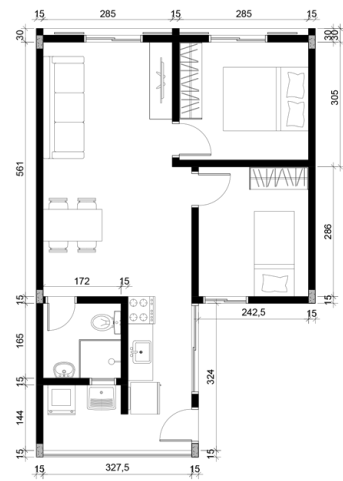
Segundo pavimento do edifício institucional (Sede AMSOL)



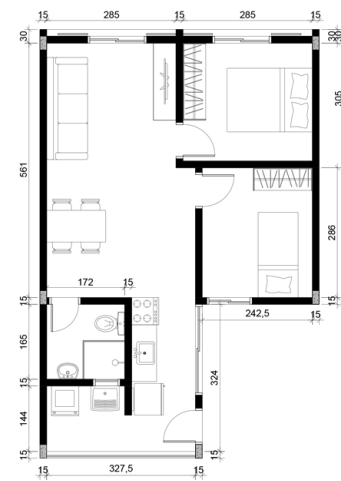
Tipologia 1-a



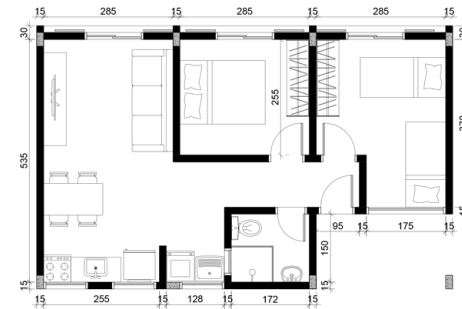
Tipologia 1-b



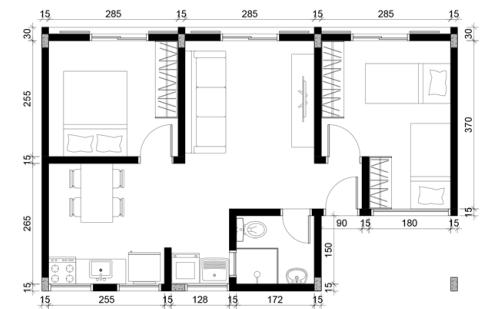
Tipologia 1-c



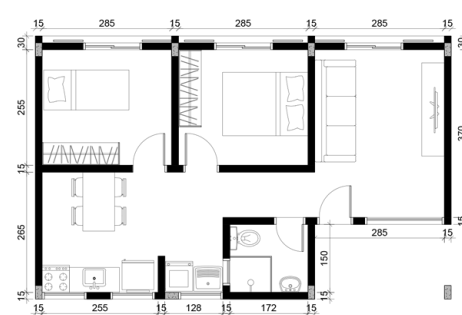
Tipologia acessível 1



Tipologia 2-a



Tipologia 2-b



Tipologia 2-c



Tipologia acessível 2



Imagem 43: Praça interna entre os edifícios localizados acima da Rua Pedra de Listras

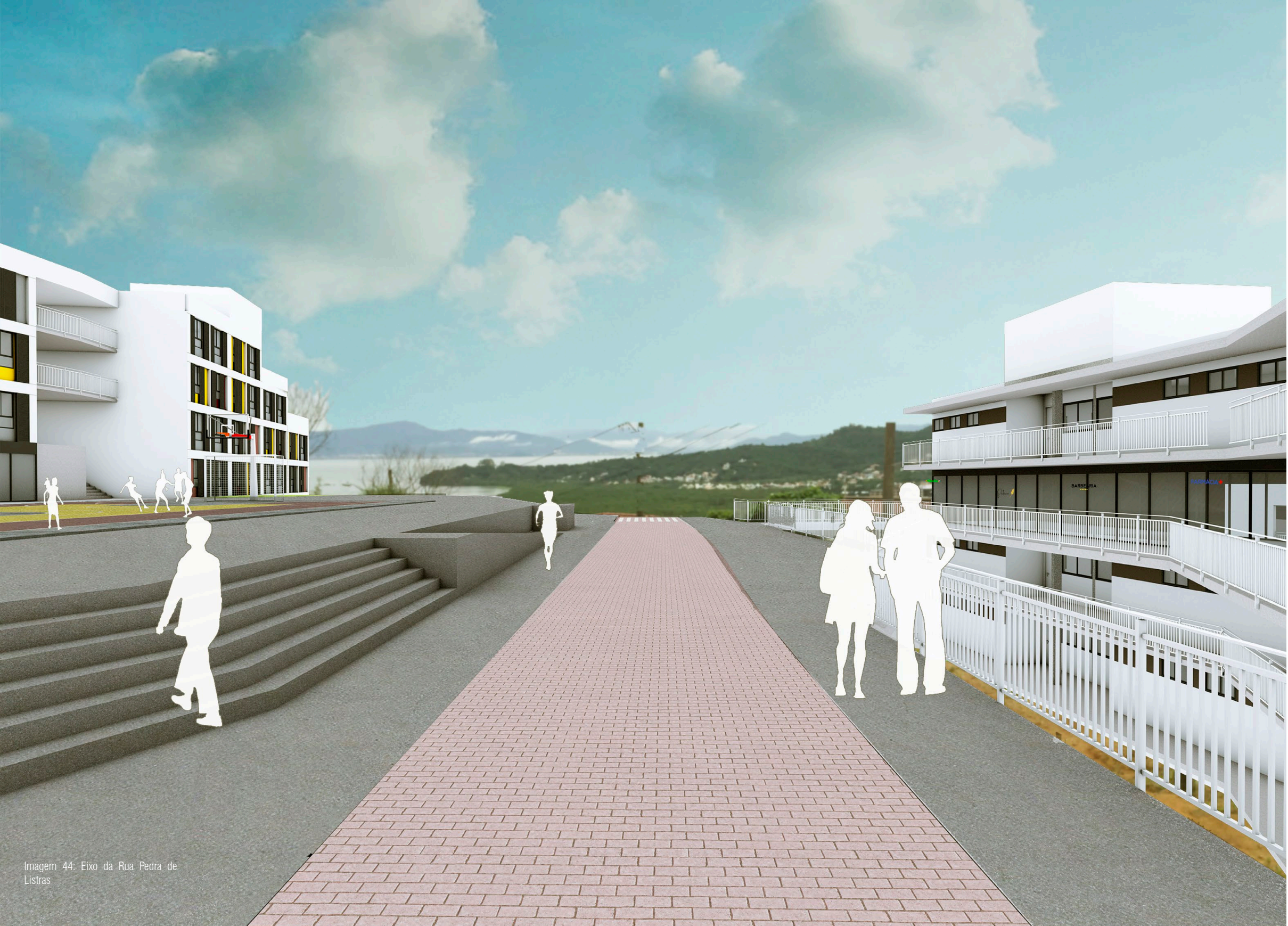


Imagem 44: Eixo da Rua Pedra de Listras



Imagem 45: Praça interna entre os edifícios localizados acima da Rua Pedra de Listras



Imagem 46: Perspectiva geral do conjunto

6. BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Camila Sissa. Homogeneidade versus Heterogeneidade: conflitos, transformações e dilemas habitacionais na Vila Cachoeira, Florianópolis/SC. 44 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Sociais, UFSC, Florianópolis, 2007.

BINOTTO, Gelson Afonso. O Estado e a Política Habitacional: Um estudo da região conurbada de Florianópolis no período 1964/2002. 1994. 141 f. Tese (Doutorado) - Curso de Administração, UFSC, Florianópolis, 1994.

BONDUKI, Nabil. Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. In: Revista eletrônica de Arquitetura e Urbanismo. São Paulo, n.1, p. 70-104, 2008.

BONDUKI, Nabil. Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. 5.ed - São Paulo: Estação Liberdade, 2011.

CARDOSO, Adauto Lucio. O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais. Rio de Janeiro, Letra Capital, 2013.

CECCA, Centro de Estudos Cultura e Cidadania. Uma Cidade numa Ilha: relatório sobre os problemas sócio-ambientais da Ilha de Santa Catarina. Florianópolis. Editora Insular. 1996.

CORDEIRO, Adriana Sales. Concepção e linguagem projetual de habitações autoconstruídas em Florianópolis/SC: um estudo na Barra do Sambaqui. 171 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura, UFSC, Florianópolis, 2005.

DIAS, Fernando Peres. Análise da susceptibilidade a deslizamentos no bairro Saco Grande, Florianópolis-SC. 97 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Ufsc, Florianópolis, 2000.

FERREIRA, João Sette Whitaker (org.). Produzir Casas ou construir cidades? Desafios para um novo Brasil urbano. Parâmetros de qualidade para a implementação de projetos habitacionais e urbanos. São Paulo, LABHAB; FUPAM, 2012.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

LENZI, Cecília Corrêa. Permanecer na cidade: Urbanização da Comunidade Sol Nascente, Florianópolis. 40 f. TCC (Graduação) - Curso de Arquitetura, UFSC, Florianópolis, 2011.

LONARDONI, Fernanda Maria. Aluguel, informalidade e pobreza: o acesso à moradia em Florianópolis. 139 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura, UFSC, Florianópolis, 2007.

MARICATO, Ermínia. Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência. Disponível em <<http://www.usp.br/fau/deprojeto/labhab/biblioteca/index.html#textos>> em 30 de novembro de 2010.

MARICATO, Ermínia. Metrópole, legislação e desigualdade. Estudos avançados, vol. 17 nº48. São Paulo, 2003.

MARICATO, Ermínia. Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MARICATO, Ermínia. Renovação do centro e habitação, o direito à cidade. In MEYER, R. & GRONSTEIN, M, (coord.). São Paulo, Centro XXI: entre história e projeto. São Paulo, Associação Viva o Centro, 1994.

MIRANDA, Rogério. Habitação popular e favelas em Biguaçu, Florianópolis, Palhoça e São José. Florianópolis. 2001.

PAIM, Ivanor de Oliveira. Política Habitacional do município de Florianópolis no período de 1997-2002. 2003. 56 f. Monografia (Especialização) - Curso de Ciências Econômicas, UFSC, Florianópolis, 2003.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Plano Municipal de Habitação de Interesse Social. Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental. Florianópolis, 2011.

ROLNIK, Raquel (org.) Como produzir moradia bem localizada com os recursos do programa minha casa minha vida? Implementando os instrumentos do Estatuto da Cidade! Textos de Raphael Bischof, Danielle Klintowitz e Joyce Reis, Brasília: Ministério das Cidades, 2010. 132p. :il.

SUGAI, Maria Inês. As intervenções viárias e as transformações do espaço urbano. A via de contorno norte-Ilha. 1994. 2v. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.

SUGAI, Maria Inês; PEREZ, Lino Bragança. Mercados Informais de solo urbano nas cidades brasileiras e o acesso dos pobres ao solo: área conurbada de Florianópolis. Relatório final de pesquisa. Grupo Infosolo - HABITARE-FINEP. Florianópolis, 2007.

SUGAI, Maria Inês. Há favelas e pobreza na "Ilha da Magia"? in ABRAMO, Pedro. coord. FAVELA E MERCADO INFORMAL: a nova porta de entrada dos pobres nas cidades brasileiras. Porto Alegre, Coleção Habitare, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC (Centro Universitário de Estudos e Pesquisas Sobre Desastres - Ceped, Departamento De Engenharia Civil/Ecv.) Plano Municipal de Redução de Riscos - PMRR. / Relatório Final. Florianópolis, 2006/2007.

VILLAÇA, Flávio. O que todo cidadão precisa saber sobre habitação. São Paulo, Global Editora, 1986.

VILLAÇA, Flávio. A segregação urbana e a justiça (ou A Justiça no Injusto Espaço Urbano). In: Revista brasileira de Ciências Criminais. São Paulo, n. 44, 2003.

